

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂDIA

**Militância libertária feminina sob as lentes da
História.**



Marina Tannús Valadão.

2006

Marina Tannús Valadão

**Militância libertária feminina sob as lentes da História
Impressa.**

**Monografia de graduação apresentada
ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia, como exigência
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em História, sob orientação da
Prof.^a Dr.^a Christina da Silva Roquette
Lopreato.**

Uberlândia/MG

2006

Marina Tannús Valadão

Militância libertária feminina sob as lentes da História Impresa.

BANCA EXAMINADORA.

Prof^ª. Dr.^a Christina da Silva Roquette Lopreato (Orientadora).

Prof^ª. Dr.^a. Jacy Alves de Seixas.

Prof^ª. Dr.^a. Vera Lúcia Puga.

Para meu filho, Lucas.

“Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão.”

Frances Wright, feminista inglesa, em 1822.

AGRADECIMENTOS.

O curso que encerro com este trabalho monográfico está diretamente relacionado com o existir de pessoas que amo. Algumas são, por indescritíveis, razões co-responsáveis pela sua execução: Lucas Felix Rosa, Eliana Borges Tannús, Valdir Machado Valadão Junior, João Batista Rosa, Maura Borges Tannús, Danglares Tannús, Amélia Tannús, Geraldo Tannús, Ivone Borges, Malvina Tavares Valadão, Valdir Machado Valadão, Gabriela Tannús Valadão, Bárbara Tannús Valadão, Rafael Machado Valadão, Thiago Felix Rosa, Karime Fadel Kassab Rosa, Dolores Puga Alves de Sousa, e Isabella Ribeiro de Souza.

Sou grata pelo amor, amparo, incentivo e proteção destas pessoas em toda trajetória na academia e em minha vida. Agradeço por fazer parte da vida delas.

Meu percurso até aqui foi conflituoso e árduo. Todavia, houve mestres que por vários momentos estenderam-me a mão e me auxiliaram no trajeto. Neste sentido agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Christina da Silva Roquette Lopreato por todo seu empenho, paciência, carinho e dedicação em orientar-me.

Agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Vera Puga e à Prof^ª. Dr^ª. Jacy Alves de Seixas por contribuírem muito em minha formação como historiadora e pessoa e por terem aceitado participar da banca examinadora.

A todos os professores do Instituto de História que em algum momento durante o meu curso se dispuseram a trocar suas experiências de vida enquanto sujeitos históricos e contribuíram para minha formação intelectual.

À Jussara Miranda pela fonte de inspiração que gerou em mim quando li seu trabalho e por ter me auxiliado com as primeiras leituras.

Ao João Batista por todas as informações burocráticas e favores que me prestou.

Aos amigos da faculdade por compartilhar comigo as angústias, as dúvidas e as vitórias no decorrer do curso.

Ao Khalil Kassab Rosa e à Sofia Rosa Naves, meus queridos afilhados, por serem anjos que fazem parte da minha vida.

Agradeço ao meu filho, Lucas Rosa Valadão, por ser a luz de toda minha inspiração.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO:

Pequena ressalva à palavra “anarquia”.....	9
Introduzindo a pesquisa.....	10

PRIMEIRO CAPÍTULO:

Discutindo Biografia e Gênero.....	15
Dialogando com colegas.....	15
Biografia: gênero de produção historiográfica.....	17
Gênero feminino: uma questão histórica.....	31

SEGUNDO CAPÍTULO:

A imprensa operária do primeiro quartel do século XX.....	42
--	-----------

TERCEIRO CAPÍTULO:

A trajetória de vida e militância das Irmãs Soares.....	71
--	-----------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
----------------------------------	-----------

ANEXOS.....	85
--------------------	-----------

BIBLIOGRAFIA.....	88
--------------------------	-----------

RESUMO.

A proposta inicial deste projeto foi produzir fichas com dados biográficos de integrantes do movimento operário anarquista. Contudo, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, novas propostas de análises e estudos sobre o movimento anarquista no Brasil foram surgindo.

Uma bibliografia foi pesquisada e estudada no que se refere ao gênero biográfico, a história das mulheres, em especial a militante anarquista, bem como o estudo historiográfico das relações discursivas – para quem o discurso se direcionava e com quais intenções – recorrentes na imprensa operária do primeiro quartel do século XX.

As fontes da pesquisa compõem-se de jornais, panfletos, revistas, brochuras e material iconográfico, disponíveis no arquivo pessoal da professora doutora Jacy Alves de Seixas, da Universidade Federal de Uberlândia, no Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp, na Fundação Arquivo e Memória de Santos e na Sociedade Humanitária de Comércio de Santos. Através destas fontes foi possível produzir uma breve trajetória de vida das militantes anarquistas, Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares.

No Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP-Campinas), coletei documentos sobre o papel das mulheres no movimento operário e anarquista, publicados em jornais libertários de 1910 a 1920. Nessa empreitada, descobri um leque imenso e riquíssimo de fontes, e, nestas, observei vários e diferentes discursos sobre o lugar e a importância da mulher neste movimento e na sociedade do primeiro quartel do século XX.

Apresento como exemplificação de militância feminina a trajetória Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares, no movimento operário anarquista e, em especial, na imprensa anarquista paulista do primeiro quartel do século XX.

Nas considerações finais aponto algumas questões acerca do projeto de emancipação feminina inserido no movimento anarquista brasileiro do final do século XIX, e as contribuições históricas do trabalho destas militantes, iniciado há quase um século no projeto de emancipação feminina e de luta pela igualdade dos sexos.

INTRODUÇÃO.

1. Pequena ressalva à palavra “anarquia”.

Inicialmente, por este trabalho fazer uma análise de alguns participantes do movimento operário de organização anarquista, gostaria de ressaltar algumas definições acerca da Doutrina Libertária feitas por Errico Malatesta.¹ Primeiramente, anarquia é uma palavra grega que significa literalmente “sem governo”, isto é, o estado de um povo sem uma autoridade constituída.

Contudo, antes mesmo que tal forma de organização começasse a ser cogitada e desejada por toda uma classe de pensadores, ou se tornasse o objetivo de um movimento social que teve grande relevância em meados do século XIX e início do século XX, a palavra “anarquia” foi usada universalmente para designar desordem e confusão. Atualmente ainda é adotada neste sentido pelo senso comum, ou segundo as palavras de Malatesta: “*pelos ignorantes e pelos adversários interessados em distorcer a verdade*”².

Nesta definição que Malatesta faz sobre a anarquia ele não entra na discussão filosófica, posto que acredita ser esta questão de cunho histórico e não filosófico. A interpretação usual da palavra não exprime o verdadeiro significado etimológico da palavra, mas deriva dele. Tal interpretação se deve à introjeção que nos foi feita de que o governo é uma necessidade na organização da vida social.

Segundo Malatesta, o homem, como todos os seres vivos, se adapta às condições em que vive e transmite, através de herança cultural, seus hábitos adquiridos. Portanto, por nascer e viver na escravidão, por ser descendente de escravos, acredita ser natural este estado. Quando começou a pensar, o homem acreditou que a escravidão era uma condição essencial à vida. A liberdade parecia impossível. Assim, o trabalhador foi forçado, por séculos, a depender da boa vontade do patrão para trabalhar, isto é, para obter pão. Acostumou-se a ter sua própria vida à disposição daqueles que possuem a terra e o capital. Passou a acreditar que o seu senhor era aquele que lhe dava pão, e perguntava ingenuamente como viveria se não tivesse patrão.

¹ Pensador e militante anarquista italiano Errico Malatesta nasceu em 1871 e atuou no movimento libertário mundial até a década de trinta do século XX.

² MALATESTA, Errico. *Definição de Anarquia*. In: **Letra Livre**: revista de cultura libertária, arte e literatura. Ano 10. Nº. 43. 2005. p. 8.

E se acrescentarmos que o juiz e o policial existem para pressionar aqueles que pensam de outra forma e tentam difundir suas opiniões, entenderemos como o preconceito da necessidade e da utilidade do padrão e do governo é estabelecido.

Se considerarmos que o governo é necessário e que sem ele haveria desordem e confusão, é natural e lógico que a anarquia, cujo significado é ausência de governo, também signifique ausência de ordem. Para Malatesta, quando essa opinião mudar e o público estiver convencido de que o governo é desnecessário e prejudicial, a palavra “anarquia”, justamente por significar sem governo, será o mesmo que “ordem natural, harmonia de necessidades e interesses de todos, liberdade total com solidariedade total.”.

Portanto, estão errados aqueles que dizem que os anarquistas escolhem mal o nome, por ser este mal compreendido pelas massas e levar a uma falsa interpretação. O erro vem disto e não da palavra. A dificuldade que os anarquistas encontram para difundir suas idéias não depende do nome que deram a si mesmos. Depende do fato de que suas concepções se chocam com os preconceitos que as pessoas têm sobre as funções do governo, ou o “Estado” como é chamado.

2. Introduzindo a pesquisa.

Este trabalho monográfico é resultado do desdobramento do projeto iniciado em mil novecentos e noventa e sete pelas professoras doutoras Christina da Silva Roquette Lopreato e Jacy Alves de Seixas, tendo como proposta original a criação de um *Dicionário Histórico Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil*. A proposta inicial da minha pesquisa era produzir fichas com dados biográficos de integrantes do movimento operário anarquista. Contudo, no decorrer do desenvolvimento do projeto, novas propostas de análises e estudos sobre o movimento anarquista no Brasil foram surgindo.

Alguns trabalhos de colegas do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia também foram imprescindíveis nas minhas reflexões. Por abordarem temas afins ao de meu trabalho e, através de questões colocadas em seus projetos de pesquisa, foi possível (re)pensar paradigmas, fazer novos apontamentos e discutir novas questões.³ Estes trabalhos também serão tratados no primeiro capítulo.

³ Os trabalhos aqui mencionados são: *Anarquismo e imaginário na Primeira República: (des) construindo a representação do anarquismo como “planta exótica”*, de Ricardo São José Carneiro; *Sindicalistas Revolucionários e Anarco-comunistas: aproximações e pressões constitutivas do movimento anarquista em São*

Primeiramente, o trabalho de Ricardo Carneiro propõe desmistificar as idéias veiculadas pelas elites do final do século XIX e início do século XX de que o anarquismo seria uma ideologia vinda da Europa e que não teria lugar num país agrário como o Brasil. Ao analisar o movimento anarquista deste período, o autor percebe o quanto este é diversificado, e nele atuam tanto militantes estrangeiros como brasileiros.

Complementando essa idéia da diversidade do movimento anarquista, a monografia de Sônia Mara elucida a pluralidade de idéias, estratégias e ideologias dentro do próprio anarquismo no Brasil da Primeira República.

Por fim, Jussara, através dos estudos sobre o gênero e a biografia, mostra, a partir da perspectiva de uma mulher teórica-militante anarquista, as nuances do movimento operário anarquista de 1890-1930, lócus de atuação de Maria Lacerda de Moura – personagem biografado por essa autora.

Uma bibliografia foi pesquisada e estudada no que se refere ao gênero biográfico, produção historiográfica acerca da história das mulheres, em especial, a militante anarquista, bem como o estudo historiográfico sobre a imprensa operária do primeiro quartel do século XX. Esta bibliografia será analisada e discutida no primeiro capítulo.

Algumas questões e reflexões sobre o gênero biográfico são colocadas no artigo de Sabina Loriga, *A biografia como problema*. Este texto de Loriga foi fundamental para compreensão do que é a composição biográfica, como esta se transformou ao longo da história e como é importante estarmos sempre (re)pensando o papel do biógrafo e, em especial, o do historiador-biógrafo.

Outro texto que me auxiliou na compreensão da arte da produção biográfica foi o de Jean Orieux, *A arte do biógrafo*. Este autor afirma a necessidade de reunir tudo o que for possível de documentação sobre o personagem estudado.

O artigo de Robert Paris, *Dossier Biografias e Perfil do Movimento Operário na América Latina: algumas reflexões em torno de um dicionário*, também foi imprescindível para melhor compreender o tema biografia. Paris preocupa-se em discutir problemas formais e epistemológicos apresentados ao pesquisador que se propõe a elaborar um Dicionário Biográfico do Movimento Operário na América Latina.

Já a autora Vavy Pacheco Borges enuncia em seu artigo, *O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia*, alguns problemas teórico-metodológicos enfrentados na produção e discussão do gênero biográfico.

A temática gênero feminino também é contemplada nesta monografia. Três autores foram importantes para compreensão das questões relativas ao gênero feminino: Joan Scott, Margareth Rago e Francisco Corrêia.

Primeiramente, o texto de Joan Scott, *A mulher trabalhadora*, foi importante para me dar uma dimensão de como essa personagem da história era concebida na esfera do trabalho pelos diferentes agentes e instituições sociais no final do século XIX e início do século XX na Europa.

Trabalhando com o mesmo problema de Scott, o da mulher trabalhadora, Margareth Rago trará a temática para o Brasil da Primeira República. Rago investiga o universo do trabalho feminino, o cotidiano da fábrica, a questão da mulher trabalhadora, a moral social e a construção de um ideal de “mãe cívica” para a edificação da nação.

Por fim, o texto de Francisco Corrêia, *Mulheres Libertárias: um roteiro*, deu-me uma dimensão mais concreta do lugar onde minhas personagens atuaram em seus momentos de militância. Nesse texto, o autor trabalha as diversas formas que as mulheres anarquistas, em especial, utilizaram para a divulgação de sua doutrina política.

No segundo capítulo, proponho discutir a constituição e o caráter da imprensa operária paulista do início do século XX. Os artigos que utilizo para auxiliar-me são: *A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: uma exposição sumária*, de Hadassa Grossman; *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*, de Edilene Teresinha Toledo; e, *Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Bataglia” e a sua visão da sociedade brasileira; o embate entre imaginário libertário e etnocêntrico*, de Luigi Biondi.

Hadassa Grossman se propõe a estudar a imagem da mulher no setor operário, no Brasil, entre os anos de 1889 e 1922. As questões levantadas pela autora são: Qual era a imagem da mulher? Como ela era percebida, compreendida e apreendida por seus contemporâneos?

Outro trabalho que julgo importante para a discussão sobre a imprensa operária do início do século XX é o de Edilene Terezinha Toledo. Esta autora aponta os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo no início do século XX, tendo como objeto de análise o jornal *O amigo do Povo*.

Por fim, o trabalho que Luigi Biondi desenvolve, através da análise do periódico anarquista, *La Battaglia*, publicado no Brasil no início do século XX, também foi de suma

importância para o entendimento dos discursos, das intenções e de como funcionava um jornal operário.

As fontes primárias de minha pesquisa são: jornais, panfletos, revistas, brochuras e material iconográfico, disponíveis no arquivo pessoal da professora doutora Jacy Alves de Seixas, da Universidade Federal de Uberlândia, no Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp, na Fundação Arquivo e Memória de Santos e na Sociedade Humanitária de Comércio de Santos. Através destas fontes foi possível produzir uma breve trajetória de vida das militantes anarquistas: Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares.

Houve um processo de rastreamento e sistematização dos dados biográficos de militantes anarquistas – especificamente os dados para produção da trajetória de vida destas quatro irmãs de Florentino de Carvalho. O trabalho de coleta de dados para a produção do *Dicionário Histórico Biográfico do(s) Anarquismo(s) no Brasil* – projeto idealizado pelas professoras doutoras Christina da Silva Roquette Lopreato e Jacy Alves Seixas⁴ - tem caráter contínuo devido a grande quantidade de fontes primárias a respeito da atuação e legado no movimento operário na sociedade, tanto destas operárias militantes aqui mencionadas quanto de outros integrantes do grupo(s) anarquista(s) que atuaram no período histórico abarcado. Índícios destas participações ativas são encontrados nos artigos, periódicos, manifestos e revistas disponíveis nos arquivos que mencionei acima.

Estive durante uma semana no Arquivo Edgard Leuenroth⁵ recolhendo documentação acerca do estatuto das mulheres no movimento operário e anarquista, publicados em jornais libertários do início do século XX. Nessa empreitada, descobri um leque imenso e riquíssimo de fontes e observei vários e diferentes discursos sobre o lugar e a importância da mulher neste movimento e na sociedade brasileira da Primeira República.

Portanto, foi a partir desta documentação que me debrucei para a produção deste trabalho. Foi possível problematizar algumas questões acerca do lugar histórico ocupado pela mulher militante dentro do movimento operário anarquista e da sociedade brasileira do início do século XX. Proponho rastrear, sistematizar e refletir sobre os artigos escritos por homens a respeito das mulheres e seu papel social, e os compostos por elas mesmas sobre sua atuação no movimento operário e na sociedade deste período.

É importante perceber esses discursos veiculados nos jornais para compreendermos as próprias relações entre as diferentes classes sociais – proletariado e patronato – e os gêneros –

⁴ Professoras integrantes do Núcleo de Estudo e Pesquisa de História Política (NEPHISPO) do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

⁵ O Arquivo Edgard Leuenroth está situado na Unicamp em Campinas, e dispõem de um acervo de periódicos, revistas, panfletos, manifestos de diversas orientações políticas e períodos históricos do Brasil.

masculino e feminino. E assim chegarmos a uma questão que pretendo responder ao longo do desenvolvimento deste trabalho: Qual disparidade é mais conflitante: a que existe entre as classes sociais – trabalhadores e patronato – ou entre os sexos?

Julgo, por fim, mencionar que este é um trabalho que permanecerá “aberto” devido a importância de sua continuidade, pois aqui se constitui um diálogo passado-presente, na medida em que visa compreender e discutir as relações estabelecidas entre as classes sociais e homens e mulheres envolvidos nos processos de luta em defesa de seus ideais.

No terceiro capítulo, apresento a trajetória de vida e militância de Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares, no movimento operário anarquista primeiro quartel do século XX. Uso os artigos que essas irmãs produziram na imprensa operária para compreender quais eram as prioridades que essas mulheres colocavam para o movimento anarquista e para o projeto de emancipação da mulher. A partir destas fontes analiso qual era o mote destas mulheres no movimento anarquista, os discursos delas na imprensa, para quem ele se endereçava e com quais intenções.

Nas considerações finais aponto a relevância desta monografia por tratar do movimento anarquista, que pejorativamente foi tachado como fracassado pela História Oficial e por reavivar a memória de um sujeito histórico deixado à margem por muitos – a mulher. Demonstro, também, as prioridades e propostas do movimento iniciado por essas militantes, bem como as contribuições de seus trabalhos, iniciado há quase um século, no projeto de emancipação feminina e luta pela igualdade dos sexos veiculado na contemporaneidade.

PRIMEIRO CAPÍTULO:

Discutindo biografia e gênero.

1 Dialogando com colegas.

As leituras de algumas monografias foram essenciais para a compreensão da temática do projeto de pesquisa. Entre elas destaco três: *Anarquismo e imaginário na Primeira República: (des) construindo a representação do anarquismo como “planta exótica”*, de Ricardo São José Carneiro; *Sindicalistas Revolucionários e Anarco-comunistas: aproximações e pressões constitutivas do movimento anarquista em São Paulo*, de Sônia Mara Ferreira dos Santos; e *Maria Lacerda de Moura e a luta pela emancipação feminina*, de Jussara Valéria Miranda.

Em síntese, o trabalho de Ricardo propõe desmistificar a idéia veiculada pelas elites do final do século XIX e início do século XX de que o anarquismo seria uma ideologia vinda da Europa e que não teria respaldo lógico num país agrário como o Brasil. Ao analisar o movimento anarquista deste período, o autor percebe o quanto este é diversificado, contendo militantes estrangeiros e também brasileiros. Complementando essa idéia da diversidade do movimento, a monografia de Sônia Mara elucida a pluralidade de idéias, estratégias e ideologias dentro do próprio anarquismo no Brasil da Primeira República. Por fim, Jussara, pelo estudo do gênero e da biografia, mostra, a partir da perspectiva de uma mulher teórica-militante anarquista, as nuances do movimento operário anarquista de 1890-1930, locus de atuação de Maria Lacerda de Moura – personagem biografado por essa autora.

Sobre a pesquisa de Ricardo vale fazer algumas ressaltas algumas contribuições do autor. Primeiramente, foi pesquisando o movimento anarquista em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que lhe veio uma questão em particular: a tentativa do governo e dos patrões em estigmatizar o movimento anarquista como “planta exótica”, isto é, uma ideologia estrangeira, propagada por uma minoria de militantes também estrangeiros, num país agrário, repleto de riquezas naturais, habitado por um “povo pacato” com vestígios de escravatura. Desta maneira, a doutrina anarquista mediante as condições históricas brasileira, completamente diferentes da européia, – aonde, com advento da industrialização o trabalhador sofrera com o acirramento do processo de exploração e dominação do capital – tornara-se incompatível com a realidade brasileira.

A justificativa da repressão policial, colocada pelas classes dominantes, procura difundir a representação do anarquismo como “planta exótica”, ou seja, ideologia subversiva e revolucionária, que poderia possuir alguma ressonância entre o proletariado europeu, em razão do grau de desenvolvimento do sistema capitalista no “Velho Mundo”, mas não no Brasil. Portanto, aos olhos das classes dominantes, o anarquismo é algo estrangeiro, inadequado à realidade brasileira e à boa índole de seu povo que é representado por “dócil”, “passivo” e naturalmente “avesso” à rebelião.

Ao fazer a análise do anarquismo como “planta exótica”, o autor argumenta que muitos brasileiros aderem ao movimento anarquista, não ficando este restrito a uma minoria estrangeira. Em meu trabalho, compartilho da idéia deste autor, pois uso como exemplificação de minhas discussões as Irmãs Soares, mulheres militantes anarquistas nascidas em Santos. Outro fator que deve ser considerado é que muitos destes “agitadores estrangeiros”, alheios à sociedade brasileira, chegaram ainda crianças no Brasil, formando assim suas concepções políticas a partir de suas experiências neste país.

Enfim, o objetivo do trabalho de Ricardo é de dar um enfoque crítico ao movimento anarquista, mostrando outra nuance deste processo. O autor não reproduz o vício de boa parte da historiografia brasileira que mostra *a priori* a debilidade e o fracasso do movimento anarquista, porém, não o vê como um movimento que logrou grandes vitórias, mais sim pequenas, gestadas no dia-a-dia deste “proletariado híbrido e atípico”.

Já o trabalho de Sônia Mara consiste numa tentativa de desmistificar e (re)problematizar algumas idéias que foram construídas em torno do anarquismo no Brasil. Nesse sentido, a autora faz uma discussão bibliográfica acerca dos caminhos percorridos por parte da historiografia nas análises do movimento operário brasileiro da Primeira República. Procura compreender e analisar, por meio das idéias de sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas, o modo como essas tendências caminharam junto aos oprimidos paulistas e a proposta libertária de transformação radical da sociedade.

Por fim, procura relativizar as interpretações empreendidas pela historiografia operária brasileira, diante das propostas de atuação e conscientização do oprimido frente ao capital, elaboradas pelos militantes libertários no movimento operário paulistano.

Finalmente, e talvez o que mais me auxiliou, está o trabalho de Jussara Miranda. Justamente por relacionar história /gênero e história/biografia, este trabalho elucidou algumas questões pertinentes à minha pesquisa no que diz respeito a essas relações aqui mencionadas.

A autora procura discutir questões sobre a relação história e biografia, partindo, desta forma, da análise de livros e artigos de jornais escritos por Maria Lacerda de Moura (1887-1945), compondo assim uma breve biografia da personagem.

Jussara traz uma rica discussão acerca da inclusão das mulheres nos trabalhos acadêmicos, tendo como ponto de partida os movimentos femininos da década de vinte no Brasil e a atuação de Maria Lacerda, abordando as discussões realizadas por essa militante sobre a condição feminina e suas relações com a Igreja, Estado e Educação.

Enfim, a partir desses três trabalhos, pude observar a variada gama de possibilidades de enfoque dentro do tema “anarquismo”. Ficou evidenciado nestes, a pluralidade do real dentro do movimento anarquista e, mais ainda, a dos sujeitos e interesses contidos na sociedade brasileira deste momento histórico – Primeira República no Brasil.

2 Biografia: gênero de produção historiográfica.

Os resultados teóricos deste trabalho monográfico, como já foram descritos, passam por um recorte teórico-metodológico que defini através de minhas leituras. Como uma das propostas deste trabalho é traçar um panorama a trajetória de vida e militâncias das Irmãs Soares, alguns autores que discutem sobre o processo de produção biográfica foram de grande importância. Os autores abaixo mencionados me auxiliaram na compreensão do gênero biográfico no que tange a composição historiográfica.

Primeiramente, segundo Loriga, é tênue a fronteira que separa a biografia da história. Em seu trabalho, esta autora percebe que atualmente os historiadores estão deixando de lado as questões macro-históricas e indo às micro-históricas, e assim assistiu-se a (re)tomada da biografia. Esta (re)descoberta deve-se à (re)investida que o pesquisador de história está dando às questões do cotidiano, as “subjetividades outras”, como por exemplo, a história oral, a cultura popular, a história das mulheres. Este tipo de discussão no meio acadêmico, que traz os excluídos da memória para a cena histórica, reabre, na década de setenta e oitenta do século XX, o debate sobre o valor do método biográfico.

Loriga nos mostra que, antes destas décadas, a maioria dos historiadores abordava as classes populares apenas na perspectiva quantitativa atrelando-as à idéia de quantidade e/ou anonimato. A partir deste momento, a atenção se desloca das atividades econômicas e políticas do camponês e/ou operário, por exemplo, para as subjetividades do seu “vivido”, suas experiências, seus fazeres. Em seu texto, a autora aponta que primeiramente as

subjetividades estariam ligadas às pesquisas sobre culturas subalternas e/ou dominadas, mas logo este tema se estende por toda a disciplina de História.

Esta mudança de olhar dos historiadores constitui-se em uma consequência da crise da “história científica” baseada em conceitos totalizantes de classe social e de mentalidades, que tendia a reduzir o conceito das ações humanas apenas a um subproduto de forças produtivas e meios culturais. A crise da interpretação marxista do modelo estrutural estimula a desenvolver e aprofundar a noção histórica de indivíduo.

Decepcionados e insatisfeitos com esse quadro de crise, os historiadores sociais, mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a discutir os destinos individuais. Contudo, Loriga indica que a despeito dessas mudanças nos paradigmas historiográficos, a (re)descoberta da biografia foi, por vezes, vista como capitulação, ou seja, uma (re)tomada da história linear e factual.

Historiadores atentos ao risco de se abandonar à proposta de “História problema” voltaram-se contra a história cronológica, baseada em uma conceituação frágil. As objeções aqui colocadas são contra a questão do indivíduo olhada apenas à luz da retórica do “vivido”. Esta percepção da composição biográfica restringe-a, fazendo-se perder aquilo que Clifford Gertz definiu por “descrição densa”.

Loriga afirma que a História necessita da Biografia. Entretanto, na década de oitenta, a biografia ainda era apresentada como algo que se podia admitir na falta de coisa melhor. Chegou-se a defini-la como “modesta ferramenta” que ajuda a melhor observar ou ilustrar as tendências longas, as estruturas, as hipóteses de peso; de forma alguma ela poderia tornar-se uma “alavanca intelectual”. Assim, a biografia teria apenas função sugestiva ou ilustrativa.

Hoje, a autora pode observar que prevaleceu entre os partidários da biografia uma visão resignada, minimalista, baseada na convicção de que é menos complexo e difícil debruçar-se sobre o personagem homem do que sobre as estruturas sociais. Contudo, no trabalho de Sabina Loriga percebe-se que nem sempre foi assim. No século XIX, muitas vezes se atribuiu à biografia uma tarefa heurística importante, desta forma o exercício de olhar para o passado constitui uma empreitada fundamental.

Loriga lembra três predecessores antigos da biografia: o herói de Thomas Carlyle, o homem patológico de Jacob Burckhardt e o homem partícula de Hippolyte Taine. Salienta que as observações desses autores, ainda que incompletas, combinam-se para ajudar a colocar novas questões e para esclarecer equívocos.

O herói de Thomas Carlyle.

Em meados do século XIX, os historiadores valorizaram a capacidade criadora do homem e seu potencial de ação. Nesta perspectiva, os limites estavam em delegar estas virtudes aos homens que “fazem a história” – Maomé, Dante, Lutero. Os comuns eram tratados junto ao coletivo. Os princípios da individualidade poderiam aplicar-se a todos os povos e a todas as nações do mundo ocidental, mas não a todas as pessoas.

Este tipo de concepção da composição biográfica vigorou na Escola Rankiana de cunho positivista. Esta afirmava que a biografia somente se tornaria importante na medida em que “a existência pessoal atingisse uma dimensão histórica universal”.

Carlyle foi um intérprete da biografia heróica e se opõe aos que tomam as medidas do homem e fazem dele um produto de sua época. Este autor afirma ser apenas o grande homem, na expressão de seu livre arbítrio, capaz de enfrentar a multidão passiva.

Hoje, após a polêmica sobre a história historicizante que faz da biografia um emblema da história tradicional, nos é estranho pensar que para alguns historiadores do século XIX a biografia foi um instrumento que escapava da fascinação dos fatos. Para alguns, a biografia fugia, naquele momento, da lógica positivista de interpretação da História. Carlyle desconfiava daqueles que pretendiam compreender o passado através da simples coleta destes fatos.

Loriga faz um paralelo entre “ordem cronológica” e “narração histórica”. A primeira liga-se à aparência e transmite volume para o historiador, a segunda está relacionada à “escrita tridimensional”, ou seja, a abordagem do “objeto problema” sob diversos ângulos, o diálogo com fontes das mais diferentes origens.

Carlyle recusava a história cronológica e acreditava que a principal qualidade do historiador era a compaixão. O historiador deve chorar, rir, amar, desesperar-se, ao mesmo tempo com sua personagem. Ele admitia trocas de identidades no trabalho histórico. Recomendava que não julgássemos o herói, mas sim que transferíssemos nele o nosso próprio ser. A simpatia para Carlyle era a única forma de não confundir o objeto de uma vida com aquilo que foi o seu curso e seu ponto de partida. Lembrava sempre o risco da linearidade.

O fluxo caótico da vida, desvendado por suas reflexões sobre a biografia, leva Carlyle a limitar o princípio de necessidade: nesse ponto, seu herói se afasta do homem providencial dos filósofos da antiguidade grega, já que, naquele período, a providência divina era o que norteava as ações dos homens.

Carlyle inova a produção biográfica porque a partir dele não se perguntava como o espírito universal – ou “providencia divina” – podia utilizar os indivíduos, e sim como o homem singular podia transcender o mundo e desempenhar papel cósmico.

Essas argumentações em favor da biografia parecem ambíguas. As personagens que gozavam de dignidade pessoal tinham pouca humanidade nas composições biográficas do século XIX, momento que este autor está refletindo sobre essas questões. Para ele, a arte da biografia vai além daquilo que é particular da pessoa, para iluminar a relação existente entre a imaginação individual e o universo. E, ainda, mesmo que a vida humana parecesse insignificante, os aspectos corporais poderiam e deveriam ser postos à parte para exaltar o tema “arquetipo do herói”.

Em sua interpretação biográfica, Carlyle faz um trabalho de purificação, de iluminação dos vestígios corporais. Seus objetivos ultrapassam a pessoa, pura e simplesmente mortal, fazendo da biografia “um colírio para lavar os olhos do egoísmo”. O culto dos heróis baseia-se na renúncia de si mesmo, no esquecimento da pessoa, e visa à universalidade.

Contudo, na busca dessa universalidade, encontramos um paradoxo: o herói se anula. Despersonalizado e desencarnado, o herói não se opõe completamente ao espírito da filosofia clássica, da providência divina, mas sim adquire uma nova versão. Carlyle reúne todos os elementos esparsos antes submetidos à Lei da Providência Divina.

O homem patológico de Jacob Burckhart.

As celebrações heróicas contrastavam com o que ocorria no campo da literatura. Enquanto a história esperava poder manter uma dupla contabilidade dos homens, a literatura se povoava cada vez mais de homens comuns. O que Sabina Loriga quer nos mostrar, resgatando as interpretações que foram feitas sobre a composição biográfica, é que o heroísmo irá continuar influenciando o trabalho dos historiadores. Todavia, nem todos foram tão conservadores.

Nessa perspectiva, Loriga utiliza como exemplificação as reflexões de Jacob Burckhart. Este autor ironizava a pretensão dos historiadores que diziam ter-se libertado do heroísmo. Confirmava que os grandes homens são indispensáveis para que o movimento da história possa periodicamente se libertar das formas de vida puramente exteriores, assim como o do “palavrório raciocrinante”.

Assim como Carlyle, Burckhardt também definia a grandeza histórica como um enfrentamento final entre o homem e o tempo e reconhecia no herói uma força vital para isso. Sua defesa da grandeza, no entanto, permanecia aparentemente incerta. A figura do herói lhe parecia inatural – a cultura moderna produzia “mediocridade inchada” – uma impostura ideológica cujos limites humanos eram forçados ao silêncio.

Com as noções de exceção, tentação moral e decadência, era a idéia de progresso que estava sendo posta em xeque. Sob essas análises de sua realidade, Burckhardt desenvolve o método patológico, baseando-se no sofrimento dos homens. As existências individuais demonstravam o quanto a teoria da “perfectibilidade crescente” era incabível na realidade social de fins do século XIX.

A história do espírito e da liberdade, que desenrolava em programas otimistas da evolução do mundo, opunha-se, para ele, à história dos homens, à história concreta, cheia de contradições e paradoxos. As vicissitudes do mundo eram inexplicáveis à luz de projetos metafísicos, eram entendidas por intermédio de destinos individuais, marcados pela angústia da liberdade e da culpa. Esta é a intuição fundamental do método patológico.

Para Burckhardt, o centro permanente da história é o homem mortal, geralmente sofredor. Não o homem da providência dos filósofos e nem mesmo essa impostura romântica que é o herói, mas antes, o indivíduo independente, livre em seu ser limitado, que conhece e admite sua independência em relação aos acontecimentos gerais do mundo. Por intermédio deste homem, Burckhardt esperava ir além dos fatos consumados e descobrir os aspetos emocionais do acontecimento.

A importância de se trabalhar com os desejos, com a imaginação dos homens está na dissolução dos dados históricos puros e simples. E esta etapa é decisiva do ponto de vista narrativo. O homem patológico poderia se tornar um obstáculo à retórica e introduzir, ao menos, alguns elementos de sensações concretas.

O homem partícula de Hippolyte Taine.

Loriga busca em Hippolyte Taine a idéia de produção biográfica baseada no “homem partícula”. Taine observa a variedade de idéias e sentimentos nos homens através das diferentes épocas e raças, baseando-se para isso na psicologia, e acredita não existir contradição entre a partícula e o geral.

Para esse autor, o ponto de partida seria a observação experimental. Toda noção abstrata deveria ser separada e analisada a partir de uma situação particular ou de um indivíduo concreto. Detestava os historiadores que transformavam um homem em um missionário da providência ou em um símbolo da nação, e estava decidido a procurar os homens em suas oficinas, seus escritórios, ao ar livre, em suas casas.

Taine percebia a história como um campo privilegiado para analisar as pessoas, procurava nela decifrar o homem que vive e que age, com suas paixões e hábitos, seus gestos e costumes, seus modos de vida. Este autor transforma a noção de fatos – os sonhos, fantasias, são percebidos como dados, objetos concretos. E mais, amplia a análise do acontecimento quando afirma que o importante não é checar a ação em si, mas tudo o que a precedeu. Acredita ser os mecanismos das idéias e dos sentimentos os verdadeiros causadores das ações humanas.

Taine estava interessado nas condições da psicologia individual e queria aplicar os métodos da história natural à história moral. Para ele, o processo de composição biográfica lembrava dissecação de corpos.

A idéia de homem-partícula permeia toda a concepção deste autor sobre a composição biográfica. Ele dá importância conceitual às ninharias do indivíduo. Ao contrário de basear as análises individuais em dados uniformes e médios, preferia procurar os minúsculos, como autênticos fragmentos da vida, extraídos da realidade.

Aqui estamos diante do método “ponthilista”, que separa os fenômenos sociais em uma miríade de existências particulares que era preciso recompor sucessivamente em conjuntos mais amplos. O objetivo deste método é conhecer bem a vida de milhares de indivíduos, “um formigueiro em sua totalidade”. Essa idéia de fragmentar o real também foi aprofundada fora do campo da história, como por exemplo, na psicanálise, nos romances e na literatura contemporânea.

Hoje observamos a total crise do heroísmo. Os homens que fazem a história não são mais convencíveis ou críveis. Todavia, a morte do herói não eliminou a necessidade de estudar os indivíduos. Mas atualmente não se aposta mais no grande homem, e sim no homem comum, o que se tornou objeto principal do estudo sobre cultura popular, como por exemplo, dos trabalhos de história oral ou de história das mulheres. Este caminho foi aberto na década de sessenta por Edward Thompson que, em oposição tanto ao marxismo quanto ao

estruturalismo, devolveu a dignidade pessoal aos vencidos da História e às vítimas do passado. Assim, a noção de experiência começou a erodir a de estrutura.

Porém, essas transformações são trabalhosas. A biografia, nessa perspectiva, nos termos de Loriga, passa a ser “biografia coral”, pois exprime a multiplicidade de experiências – uma pessoa possui milhares “eus”. A mudança no olhar sobre a produção biográfica pode-se dizer que foi dupla: do grande homem para o homem comum e, do homem unidimensional para o homem múltiplo.

Desta maneira, essa passagem é importante para o historiador. Todavia, aceitar as incertezas do passado e renunciar à integridade individual é um exercício complicado. O estudo do passado continua a privilegiar a concepção aritmética do indivíduo, pré-psicanalítica – concepção que não oferece ao personagem homem senão a alternativa de desempenhar o papel de um ser consciente e coerente.

Os seres que estão hoje nos livros de história parecem menos fortes e menos ilustres que os do século XIX, mas eles também são prisioneiros de uma unidade de sentido fictícia. Compartilham do mesmo sentido aritmético. Assim, a integridade pessoal não tem mais nada de excepcional, é apenas um produto de série, isto é, mais um rosto disforme em meio a uma massa anônima em que se constitui a sociedade moderna das multidões e efemeridades.

Pierre Bordieu, em seu artigo *A ilusão biográfica*⁶, faz algumas considerações pertinentes sobre produção biográfica. Diz que enclausurar a existência em busca de uma improvável unidade de sentido revela ingenuidade, já que, no século XX, a literatura revelou a natureza descontínua e provisória do real. E mesmo sendo fundamental, essa objeção corre o risco de nos levar para uma armadilha, por duas razões: a ilusão que o perigo de cair em uma história cronológica e pouco problemática não está inscrita no gênero biográfico. As ciências sociais não produziram uma só figura de indivíduo, e o enunciado biográfico não tende sempre para forma tradicional de biografia. E o segundo perigo: a referência biográfica tal qual nos é apresentada parece pouco pertinente, pois o caso pessoal não tem a mesma função na literatura e na história e, de toda forma, o campo crítico de Bordieu não é diferente dos grandes romancistas do século XX. Por intermédio de suas críticas, o sociólogo tende a homologar as suas condutas individuais e reforçar os laços normativos.

Loriga salienta que alguns autores criticam a biografia com a intenção de aprofundar as variações do eu. Uma vez admitida a sua fragmentação e a divisão do olhar individual, eles

⁶ BORDIEU, Pierre. *A ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J., **Usos e abusos da historia oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1996.

procuraram revelar o virtual e o hipotético. Essa concepção é diferente da que Bordieu propunha utilizar, ou seja, o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas. Desta forma, faz-se essencial apontar e procurar sempre as razões pelas quais os historiadores têm dificuldade em elaborar a multiplicidade individual.

Creio que ao contrário da biografia literária, a história deve reconstituir um tecido social e cultural mais vasto. Isto significa, analisar os indivíduos na composição biográfica histórica, como lócus de conhecimento que, por vezes, permitem traçar características de um grupo social.

Todavia, Loriga aponta um fato: o quanto é frustrante para quem trabalha com biografia buscar a normalidade e por isso é tão tentador salientar especificidades dos destinos individuais. Nesse ponto é percebida a morte do herói e do homem patológico e, com isso, estamos diante de um outro problema: o do desaparecimento do sentido da “biografia coral”, o fato de pensar os laços entre as partes, assim como entre as partes e o todo. O objetivo desse processo é o de refletir sobre tudo o que a generalização não consegue perceber. A tarefa do historiador moderno é a de opor-se à totalidade e procurar a multiplicidade de experiências.

Apenas por meio dos diferentes movimentos individuais é que se pode romper com a homogeneidade aparente e revelar os que presidiram a formação e a edificação das práticas culturais. Esse passo é para mim essencial no plano narrativo.

Outro texto que me auxiliou na compreensão da arte da produção biográfica foi o de Jean Orieux, *A arte do biógrafo*. Este autor afirma a necessidade de reunir tudo o que for possível de documentação sobre o personagem estudado. Além disso, é importante conhecer a época em que viveu o biografado, bem como as diferentes visões das pessoas que conviveram com este indivíduo ou estudaram sobre ele. Orieux avança nesta discussão ao afirmar que a vida numa biografia impõe-se à morte, na medida em que o pesquisador lida com as informações biográficas transformando-as, recolocando-as no presente. Este trabalho de (re)criação constitui, segundo o autor, a “arte do biógrafo”.⁷

⁷ ORIEUX, Jean. *A arte do biógrafo*. In: DUBY, Georges e outros. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, 1986.

O artigo de Robert Paris, *Dossier Biografias e Perfil do Movimento Operário no: algumas reflexões em torno de um dicionário*, também foi imprescindível para melhor compreender o tema “biografia”. Paris preocupa-se em discutir problemas formais e epistemológicos apresentados ao pesquisador que se propõe a elaborar um Dicionário Biográfico do Movimento Operário na América Latina. Primeiramente, deve-se saber que tratar do movimento operário e/ou classe operária é referir-se a uma multidão de rostos obscuros e “laboriosos”, as chamadas classes subalternas, cuja história começa a ser escrita. A idéia central do dicionário não passa pela apologia a grandes homens, nem mesmo aos grandes revolucionários, tampouco (re)cai na história dos grupos dirigentes. O objeto de análise do Dicionário é a imensa multidão de homens que surgem para a “luz da História”.

Essa proposta pressupõe que o Dicionário seja destinado a nunca estar completo ou que pelo menos permaneça sempre em aberto. Novas figuras são encontradas no decorrer da pesquisa e nela devem ser incluídas. Muitas dessas biografias permanecem incompletas, cabe ao pesquisador mergulhar na imensidão dos arquivos, desempenhando assim o papel de um investigador à procura de pistas, de dados e vestígios dessas pessoas.

Nessa busca por sinais desses homens que permaneceram por tanto tempo alheios à memória historiográfica, devemos ressaltar as inúmeras variedades de fontes documentais: dos arquivos de polícia aos necrotérios, lista de assinantes de revistas ou lista de subscritores, fotografias.

Contudo, Paris atenta para o fato de estarmos cientes de que as biografias não deixam de ter critérios epistemológicos e formais para a sua composição. Primeiramente, cada qual deve conter a assinatura de seu autor. Por outro lado, cada biografia é construída a partir de um modelo único, e pela ordem: nome e prenome do personagem, seguidos do pseudônimo quanto houver; em seguida as datas e os lugares de nascimento e morte (quando são conhecidos), a profissão e uma definição da atividade militante. O corpo do texto é variável e consagrado à biografia propriamente dita. O texto termina com a indicação das fontes e das referências.

A dimensão desse conjunto é bastante variável e depende essencialmente das informações disponíveis. Aqui vale ressaltar o cuidado com um tipo de armadilha recorrente que seria correlacionar o tamanho das biografias com a importância do personagem. Isto nem sempre procede. Outra preocupação de Robert Paris diz respeito aos critérios de quem deve estar no Dicionário. Isso porque o proletariado latino-americano é bastante diversificado: anarquistas, socialistas, anarco-sindicalistas, comunistas, mutualistas, cooperativistas, organizadores de sociedade de resistência.

Porém, em se tratando do proletariado latino, a dificuldade maior está quando abordamos os movimentos que contribuem para definir certa especificidade a ele, como por exemplo, o messianismo brasileiro – ligado aos movimentos agrários – as manifestações de banditismo social – como o cangaço ou o bandoleirismo – os movimentos indígenas e antiimperialistas e as lutas de libertação nacional, os populismos.

Paris deixa bem claro que a relação entre biografia e história está longe de ser tão transparente ou imediata. E a maior dificuldade nesse processo consistiria na passagem da produção do objeto biográfico para as classes, ou seja, o caminho da série para a totalidade. Como seria então essa passagem da empiria para o conceito? Lembrando que essa empiria é atípica e superespecificada. Trata-se, na América Latina, de um “proletariado atípico”.

Para entendermos essa realidade específica da América Latina, devemos primeiramente fazer uma apreensão de nosso objeto de análise que é justamente esse cotidiano, no qual são tecidas as condições e as práticas operárias. Nesse sentido, é importante que nós não consideremos a totalidade, que é a classe como uma forma *a priori*, mas como um produto histórico e, um produto dessas práticas concretas que definem o conteúdo, a materialidade da biografia.

Devido à heterogeneidade do trabalhador latino e da própria história de exploração colonial que assolou a América Latina desde os primórdios, devemos tomar cuidado ao utilizarmos conceitos prontos – do tipo formação e constituição da classe operária, passagem dos modos de produção econômicos – e tentar encaixá-los na realidade, esta última deve ser analisada primeiramente.

Dito isso, acredito ser um dos principais desafios dos biógrafos a captação do personagem a partir de vários ângulos. Não construí-lo de forma coerente e estável, porém, levar em conta suas hesitações, dúvidas, contradições, mutações. Isto requer o abandono da linearidade cronológica, o que obriga a nós, historiadores, lidarmos com diferentes temporalidades; tempo “contextual” (o panorama político, econômico e cultural), tempo familiar, o tempo da memória, etc.

Talvez, assim, nos afastemos da “ilusão biográfica”⁸ mencionada por Pierre Bordieu, isto é, a idéia de “*que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intenção subjetiva e objetiva, de um projeto*”⁹. Para Bordieu, expressões como “sempre” e “desde pequeno” indicam busca de coerência e de linearidade nas histórias de vida. Compartilhando desta idéia, George Duby

⁸ Idéia contida em; BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: M. de M. Ferreira e J. Amado, op. cit. p. 185

⁹ Ibidem, p. 184.

afirma que é comum encontrar nas narrativas heróis e santos prodígios, ou seja, suas virtudes e inclinações se manifestam ou na infância ou em seus ancestrais ¹⁰. Este tipo de predeterminação, pelo “gen” ou pelo “destino”, faz o biógrafo perder os processos de (re)construção do personagem, das descobertas e da dinâmica inconstante que foi a vida do objeto biografado.

Os problemas de interpretação de uma vida são inúmeros e riquíssimos, pois colocam à nossa frente questões que estão ligadas à nossa própria vida e a das outras pessoas. Desta maneira, a produção biográfica exige do biógrafo certo grau de autoconhecimento e preocupação com a compreensão dos leitores do seu texto – resultante da pesquisa.

Já a autora Vavy Pacheco Borges enuncia em seu artigo, *O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia*, alguns problemas teórico-metodológicos enfrentados na produção e discussão do gênero biográfico. O primeiro deles seria a falta de um método clássico na composição da história de uma pessoa, ou seja, a sua biografia. Os problemas colocados ao escrever a vida de um personagem – como Le Goff já dizia – não são diferentes dos encontrados em outros trabalhos de pesquisa histórica. As questões, as dificuldades, os limites são os mesmos, todavia são olhados com lente de aumento. ¹¹

Ao compor uma biografia, nos deparamos com o problema da verdade na História, ou seja, a “verdadeira história da vida de determinada personagem”. Contudo a noção de verdade histórica se altera quando começamos a apreender que todo trabalho histórico constitui uma representação. Isto significa que não é possível ir até o passado, mas sim (re) construir representações deste passado, e para fatos ocorridos nele é possível (re)arquitetar inúmeras versões.

No caso específico da produção biográfica tem-se, ainda, a impossibilidade de “dominar a singularidade irreduzível de uma vida” ¹². Atualmente o biógrafo não tem a pretensão de esgotar seu objeto, sabe-se que esta tarefa não é possível devido à multiplicidade que é a vida de um indivíduo.

¹⁰ Idéia contida em; DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

¹¹ Ver LE GOFF, Jaques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹² BORGES, Vavy Pacheco. “O historiador e seu personagem: reflexões em torno da biografia” In: **Horizontes, Bragança Paulista**. v. 19. p. 6. jan/dez 2001.

Outro problema encontrado na composição da biografia é o entendimento da relação entre o historiador e o objeto. Primeiramente devemos saber que não existe mais a “neutralidade do pesquisador”, ou pelo menos uma historiografia que a defenda, frente o seu objeto de análise. A relação do historiador com seu personagem tem a marca da subjetividade do primeiro.

É preciso ter na relação entre o historiador e o objeto biografado: compaixão, simpatia, encanto e até mesmo uma irritação inicial. Contudo, a maior objetividade possível somente é garantida na prática do historiador, em sua pesquisa de provas documentais, sobretudo entrecruzando-as sistematicamente, questionando-as e mesmo desconfiando destas.

Outra dificuldade é a da seleção dos fatos para a narração. E aqui algo é certo: sem documentos não há História. Isto significa que as fontes encontradas estabelecem os níveis em que podemos nos aprofundar na vida de uma pessoa. Se não é fácil colocar os fatos, devido às suas diversas versões, é importante contrapô-los. Ao longo da pesquisa é possível fazermos afirmações seguras, levantarmos possíveis hipóteses, mas também ocorrem relações subjetivas, provocadas pela intuição do autor. Todavia, temos que deixar claro o alcance de cada informação.

Outro ponto que deve ser retomado é o fato da vida de um indivíduo ser permeada pelos grandes acontecimentos e fatos de sua época – culturais, políticos, ideológicos. Entretanto, esses eventos só poderão ser priorizados se estiverem diretamente relacionados com a trajetória do biografado.

Vavy crê na importância da cronologia devido à necessidade de ordenação dos fatos, auxiliando a compreensão do leitor. Para justificar essa importância que dá à cronologia, a autora afirma que *“se hoje (...) faz parte do gênero biografia aprofundar os momentos mais significativos (...) é possível nos indagarmos se poderemos chegar a definir claramente etapas da vida em questão”*¹³.

As questões de começo e fim de uma vida também são lembradas. Temos aqui “duas pontas”: o estudo de uma vida passa pelas origens familiares, mas a narração não necessariamente deve começar aí. Le Goff afirma que *“um homem não está verdadeiramente morto a não ser quando morra o último homem que ele conheceu”*¹⁴. O que este autor quer dizer é que a história de uma vida está diretamente ligada à questão da memória, ou seja, à rede de pessoas que conheceram e conviveram com o personagem biografado.

¹³ Ibidem. p. 6

¹⁴ LE GOFF, Jaques. *São Luis: biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 66.

Outra questão discutida é a relação que deve ser feita entre o indivíduo e o contexto, ou seja, os laços existentes entre o homem e o meio social. Primeiramente, a oposição entre indivíduo e sociedade é falsa; o ser humano só vive e sobrevive mediante as relações sociais. Geovanni Lévi acredita que a melhor forma de composição biográfica é aquela que relaciona indivíduo e contexto. Entretanto, Sabina Loriga antevê o perigo de compormos uma espécie de “sanduíche”, com uma “fatia” de contexto, outra de biografia e assim por diante ¹⁵. Acredito que desta maneira, perdemos as dimensões do verdadeiro objeto de análise: o indivíduo, e não o panorama histórico e suas influências na vida deste.

É importante pensar e refletir sobre o momento em que o biografado viveu, mas também é necessário dar atenção às eventualidades, ou seja, levar em consideração os pequenos fatos e incidentes para os quais não se tem explicação precisa.

Acredito que para apreender uma personagem em seus vários ângulos, o diálogo com outras áreas de conhecimento é bastante válido. Por exemplo, Vavy afirma que as relações entre história e psicanálise são primordiais para compreendermos os vários aspectos da vida de uma pessoa e, sobretudo pensá-la em relação aos padrões do que se diz “normalidade”, psicoses, esquizofrenias. Todavia, a autora chama atenção para o perigo de cairmos em um “psicologismo simplificador” ¹⁶, ou seja, fazer tabula rasa de conceitos referentes à Psicologia.

A psicanálise foi fundamental para que percebêssemos a importância das origens dos primeiros anos de vida. Mas explicar o adulto pela criança significa reduzir as dimensões e os processos de formação e construção da trajetória de vida do indivíduo. A grande contribuição da psicanálise é a de servir como instrumento para percebermos como um ser humano agilita e atualiza, no curso de sua vida, suas potencialidades.

Por fim, cabe objetar como se deve pensar e narrar uma vida. Sabemos, *a priori*, que não se compõe uma biografia como uma evolução unidimensional, ou seja, com uma sequência de causas e efeitos. Definitivamente, a composição biográfica não é um processo mecânico.

Bordieu já nos anos oitenta criticava a “ilusão biográfica”, ou seja, a linearidade do percurso de uma vida. Durante a produção de uma biografia, assim como em qualquer produção historiográfica, corre-se o risco de se cair em uma visão teleológica da História; isto é, sabendo como tudo terminou, o historiador corre o risco de traçar para seu personagem um caminho predeterminado, muitas vezes escondido atrás das idéias de destino ou vocação.

¹⁵ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”, **Revista Brasileira de Historia**. Anpuh, 1997. p. 84.

¹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. “O historiador e seu personagem: reflexões em torno da biografia” In: **Horizontes, Bragança Paulista**. v. 19. p. 7. jan/dez 2001.

Vavy aponta alguns caminhos para evitar esse tipo de problema. Por exemplo, ao examinar alguns momentos das escolhas mediante “os porquês” e “os comos” das decisões tomadas salienta ser necessário prestar atenção nessas encruzilhadas para descobrir quais as dificuldades e as alternativas que precedem as decisões e as ações. O eixo da questão, segundo Vavy, é a percepção das potencialidades e possibilidades do personagem. Suas decisões se baseavam no que ele conhecia na ocasião, em que sentia e em que podia fazer no momento das decisões.

Deve-se saber que esses atos decisórios de nossos personagens ocorrem num cruzamento dos tempos passado, presente e futuro, bastante imbricados. A nossa dificuldade estaria em avaliar bem, onde, como e em que grau isto ocorre. E essa avaliação, às vezes, torna-se impossível pelo fato de encontramos muitas dificuldades em achar fontes que nos informem sobre processos de decisões: as fontes geralmente trazem os fatos em si e não as motivações ou questionamentos precedentes às decisões nesses materializadas.

Quando contamos a história de uma vida, um dos maiores desafios é trabalhar, simultaneamente, com a cronologia linear, e com o próprio percurso da vida que não é nada retilíneo. Então como trabalhar o contínuo e o descontínuo, dois conceitos opostos? É importante deixar claro que a biografia vista hoje como de boa qualidade não é aquela com *“uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”*¹⁷.

Ao compor a produção historiográfica temos que pensar as várias temporalidades de uma personagem, mas também devemos refletir sobre as que são vividas pelo historiador em relação a sua pesquisa.

Infelizmente, devo concordar com a reflexão de Vavy. Nós – brasileiros – não temos, de modo geral, boa alfabetização e conseqüentemente, escrevemos “mal”. A narração da biografia requer certo grau de “lirismo” e sedução para que o leitor se interesse pelo texto, que nada mais é senão resultado da nossa pesquisa. O desafio maior constitui em mesclar o tempo científico e poético, o natural e o mágico sem perder as riquezas de cada um.

¹⁷ Ver LÉVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In; Marieta M. Ferreira e Janaina Amado. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 169.

2. Gênero feminino uma questão histórica.



Mulher operária trabalhando em uma das fábricas têxteis que existiam em São Paulo no início do século XX Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth.

A foto acima é mais um indício da importante participação da mulher no processo de industrialização do Brasil. A partir dela proponho-me a discutir questões ligadas ao gênero feminino. Para isso, três autores foram importantes: Joan Scott, Margareth Rago e Francisco Corrêa.

Primeiramente, o texto de Joan Scott, *A mulher trabalhadora*, foi importante para dar-me uma dimensão de como essa personagem da história era concebida na esfera do trabalho pelos diferentes agentes e instituições sociais. Scott utiliza discursos dos mais diferentes sujeitos sociais – Igreja, sindicatos, Estado, profissionais liberais, homens da classe média, operários – da Europa e Estados Unidos do século XIX e chega a um denominador comum: de acordo com a moral e os bons costumes, a mulher não deveria relacionar-se com o mundo externo à sua casa, somente em caso de extrema necessidade. Contudo, o intrigante é o quanto

esse palavrório não condiz com a realidade, posto que nesses lugares observava-se que eram as mulheres e as crianças que engrossavam a massa proletária.

Diversos mecanismos são criados para legitimar esse discurso segregador dos sexos, desde justificativas biológicas, tais como a fragilidade da mulher mediante as máquinas da indústria. Até mesmo a criação de leis protecionistas para as operárias, com o objetivo de acirrar ainda mais a divisão sexual do trabalho do que realmente resguardar as mulheres os seus direitos.

Scott aponta ainda a dupla luta da mulher contra a dominação do patrão e a dos companheiros de trabalho, que as impediam de entrar em sindicatos e de lutar por salários iguais aos dos homens que desenvolviam funções semelhantes na fábrica.

Em síntese, Scott afirma que a projeção da mulher trabalhadora no século XIX não vem do aumento do número destas nas fábricas, ou da mudança de local de trabalho – da casa para a oficina e/ou fábrica – da qualidade ou da quantidade deste trabalho, como a preocupação de seus contemporâneos com o gênero como uma divisão sexual do trabalho. Sem dúvida, essas preocupações não eram causadas pelas condições objetivas do desenvolvimento industrial; antes ajudava a modelar essas condições dando às relações de produção a sua dimensão de gênero. Às mulheres trabalhadoras ficava um estatuto secundário. Ao termos lar (lôcus da mulher), trabalho (lôcus do homem), produção (papel do homem porque somente esse nessa lógica produz bens) e reprodução (papel da mulher, cabendo a ela procriar), tem-se, nesse contexto, a divisão dos sexos por funções e lugares diametralmente opostos.

Destas argumentações de Scott fica a percepção de uma construção discursiva da divisão sexual do trabalho e isso serve para indagarmos sobre o atual “estado de coisas”. Fazer esse exercício pode nos levar a repensar como poderá ser estruturado, de forma diferente, o trabalho feminino.

Margareth Rago, ao trabalhar com o mesmo problema de Scott, o da mulher trabalhadora trará a temática para o Brasil da Primeira República. Rago investiga o universo do trabalho feminino, o cotidiano da fábrica, a questão da mulher trabalhadora, a moral social e a construção de um ideal de “mãe cívica” para a edificação da nação. Aponta a atuação das mulheres na luta de classes, os estereótipos forjados, como o da mulher operária ser uma degenerada e, mais ainda, a mulher militante é uma indesejável à nação. E, por fim, mostra como essa agente social vai, através de suas lutas, conquistando o espaço público.

Primeiramente, Rago alerta para o fato do universo do trabalho feminino estar atrelado à exploração sexual. Existia um discurso que permeava essa sociedade oligárquica e machista

de que a mulher seria facilmente, devido a sua fragilidade moral, corrompida num ambiente tão hostil como o da fábrica. Esse tipo de retórica, como já afirmava Scott, preza pelo enclausuramento da mulher no lar, onde ela estaria protegida das perversões do mundo do trabalho.

A questão da moral, dos bons costumes, é colocada ainda com mais ênfase nos discursos das classes dominantes a respeito do ideal de “mãe cívica”. Nessa concepção, a mulher seria a grande responsável pela construção dos homens da nação. Era a mãe que, através do carinho e de sua dedicação exclusiva aos filhos, iria formar os futuros cidadãos do país. Não havia assim espaço algum para ela no mercado de trabalho já que sua missão fora predeterminada.

Quando Rago afirma em sua pesquisa que longe do trabalho a mulher estaria segura das perversões, ela não se limita aqui apenas às questões sexuais, mas, também, as de origem política. A mulher militante era vista como uma degenerada e sua presença nas fábricas era indesejável e, em casos extremos, no país. Não foram poucas as fichas contendo o nome e os dados pessoais de militantes operárias.

Rago preocupa-se em falar sobre a vida das operárias nas fábricas criadas no começo do processo de industrialização brasileira, e esse momento é de elevada importância para o futuro das mulheres no mundo do trabalho. Posto que alguns anos depois, na década de trinta do século XX, seriam estabelecidos signos sociais e morais assim como a legislação trabalhista que deveria reger por muitas décadas as relações de trabalho com consequências no seio da sociedade. O espaço público moderno foi definido como locus masculino, onde as mulheres eram personagens secundários.

A mulher, muitas vezes, foi excluída da historiografia apesar de ser um agente histórico importante. A primeira exclusão ocorre ao nível do relato, este, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. O positivismo arquitetou um recalque do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano. O ofício do historiador foi, por muito tempo, um ofício de homens que compuseram a história do masculino. Os campos que abordaram, durante longos anos, foram os das ações e dos poderes dos homens, mesmo quando utilizavam a interdisciplinaridade. A história econômica até os anos oitenta ignorou a mulher como agente produtor de riquezas. A história social privilegiou, por bastante tempo, as classes e ignorou os sexos. A história cultural ou das mentalidades, falou do homem em geral, tão assexuado quanto a humanidade. Notáveis – piedosas ou escandalosas – as mulheres alimentam as crônicas da pequena história, e foram, por bastante tempo, meras coadjuvantes da História Oficial.

Por outro lado, a pesquisa feminista recente contribui para a (re)avaliação do poder das mulheres. Em sua empreitada na superação do discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, as mulheres procuraram mostrar a sua presença, as suas ações, a plenitude dos seus papéis, a coerência de sua cultura e existência de seus “poderes”.

Por fim, o texto de Francisco Corrêa, *Mulheres Libertárias: um roteiro*, deu-me uma dimensão mais concreta do lugar onde minhas personagens atuaram em seus momentos de militância. Nesse texto, o autor trabalha as diversas formas que, em especial as mulheres anarquistas, utilizaram para a divulgação de sua doutrina política. Evidencia o trabalho feito na imprensa anarquista, no teatro, na música, nas escolas. Dentre eles, o teatro foi o que mais me chamou atenção, no diz respeito à divulgação das idéias ácratas. O teatro utiliza demasiadamente a linguagem corporal e esta é universal. Sob esse aspecto, o da linguagem gestual ser inteligível a diferentes povos, a dramaturgia foi um instrumento de grande valia para propagar as idéias libertárias no meio de um proletariado extremamente complexo (em raças, línguas, etnias, culturas).

Percebe-se que há certo descuido com relação à participação das mulheres no movimento operário, sobretudo, o organizado pelos anarquistas. De um modo geral, escritores, jornalistas e até mesmo militantes anarquistas esqueceram-se dos nomes das colaboradoras femininas. Todavia, o trabalho físico das mulheres nas fábricas, sua presença nas reuniões coletivas e seu desprendimento não podem ser ignorados.

Em defesa da mulher, as irmãs Soares, não pouparam esforços. Investiram contra instituições políticas, clericais e burguesas. Como se vê no discurso de Maria Antônia Soares:

Eu, no entanto, vejo com o maior desagrado em levar a mulher a chafurdar na política. Sou contrária como mulher e como idealista, pois que em ambas as qualidades tenho razões poderosas para isso. Em primeiro lugar devemos considerar que o caráter da mulher só tem a perder com a política. As lutas políticas são a última palavra em baixeza. De baixezas vergonhosas é feita a política, e tão necessárias e tão concernentes são esta, que não se concebe política sem baixeza. Ora a base principal do feminismo é a elevação moral da Mulher.” (...) “ *A obra do feminismo, a obra da mulher – os seus próprios sofrimentos o dizem – está noutra parte. Regenerar a humanidade, transformar-lhes os costumes, salva-la da decadência física , eis aí nossa*

*missão. Essa deve ser a nossa obra, edificada pela instrução e educação, e não pela política.*¹⁸

Esta fala aponta para uma reflexão instigante sobre o posicionamento de Maria Antônia em relação à política e o projeto de educação e instrução para a emancipação feminina. A escritora deixa claro, em seu discurso, que a o envolvimento das mulheres com a política capitalista representativa é um atraso para sua elevação moral – emancipação – esta seria alcançada por outros métodos como, a instrução e a educação feminina, e não pelos métodos da representatividade política. Para ela, a mulher deve se isentar da questão política representativa. Percebo aqui uma das afinidades que aproximam o projeto de emancipação feminina ao anarquista, ambos não acreditam na democracia representativa como forma de defesa dos direitos dos homens. Estes pontos de aproximações de propostas contribuíram para que essas mulheres vissem no movimento anarquista um espaço de divulgação de suas idéias.

Salvo algumas mulheres que se destacaram – como Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares e Maria Lacerda de Moura – pelo que escreveram na imprensa anarquista ou falaram nos comícios e em conferências, a maioria delas tem passado despercebida “à pena” de historiadores, jornalistas e escritores em geral. Esse é um comportamento machista, injusto para com a mulher que lutou ao lado do homem na fábrica, nas associações operárias, colaborou nos grupos de Teatro Social, participou de congressos operários, nos Centros de Cultura Social, em comícios passeatas, greves, foi presa e sofreu humilhações.

Francisco Corrêia faz, em seu artigo *Mulheres Libertárias: um roteiro*, um panorama sobre a trajetória da mulher dentro da imprensa libertária.

Na última década do século XIX, a publicação de jornais anarquistas como *O despertar* sob a direção do operário chapeleiro José Sarmiento Marques, e *O protesto*, regido por J. Mota Assunção, ambos no Rio de Janeiro, contaram com a participação de mulheres em sua redação.

Nos primeiros anos do século XX, aparece *A Greve*, por iniciativa de Alísio de Carvalho, passando em seguida a ser dirigido por Francisco Pausílipo da Fonseca, e *O trabalho*, em que colaboravam Maria de Oliveira, Elísio de Carvalho, Erasmo Vieira, J. Mota Assunção e Guarani.

Nos anos de 1904-1905, publicou-se a revista *Kultur*, nasceram a Universidade Popular e o jornal *Novo Rumo*. Foram seus fundadores os anarquistas Maria de Oliveira, Luiz Magrassi, Joel de Oliveira, José Romero, Alfredo Vasquez, Salvador Alacid, Carlos Lobagele,

¹⁸ SOARES, Maria Antônia. “Voto feminino”. IN: **O grito operário**. São Paulo 17/01/1920. N°. 7.

José Rodrigues, Antônio Murtinho e João Benevenuto. Sua redação ficou a cargo do casal Joel e Maria de Oliveira.

Uma mulher que começou escrevendo nos primeiros anos do século XX na imprensa anarquista foi Maria Angelina Soares. Colaborou inclusive no jornal *A Terra Livre*, de São Paulo. Anticlerical, anarquista, Maria Angelina também falava nas assembléias. Foi, sem dúvida, uma militante ativa, consciente, integral das primeiras mulheres a defender a igualdade entre homens e mulheres dentro da imprensa libertária. Alguns de seus textos serão analisados no terceiro capítulo.

No Sul do Brasil, despontava Maria Silva¹⁹ e Catalise Silva. A primeira veio ainda criança do Uruguai, participou da luta de classe do teatro anarquista, provavelmente contracenou com as irmãs Soares na peça *O pecado da simonia* por volta de 1923, na Companhia de Teatro Anarquista no Rio de Janeiro. Maria Silva militou em defesa das idéias ácratas e femininas no Sul do país.

Catalice²⁰ falava nas assembléias, defendia nos congressos as idéias libertárias e a igualdade mulher-homem, o que afrontava o machismo da época presente mesmo no meio operário.

Em São Paulo e Santos, escreveram nos periódicos e/ou revistas anarquistas ou ainda, discursaram em público as idéias ácratas as militantes; Ernestina Lesina (socialista) Elisabella Valentini, Tereza Maria Carini, Isabel Ceruti, Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares²¹, Pilar Soares, Emma Balerini, Tomasina Montsanto, Sofia Garrido e Maria Lacerda de Moura mulheres que deixaram marcas impagáveis na imprensa e no movimento anarquista, ao longo de meio século de lutas.

Contudo, os anarquistas não se limitaram a fazer propaganda de suas idéias nos comícios e na imprensa. Fundaram também grupos de teatro amador para divulgar o anarquismo entre as famílias operárias, enquanto lhes ofereciam um divertimento ao alcance de suas possibilidades econômicas, contando desde o início com a participação valiosa das mulheres.

No Sul do país, ainda no século XIX, formou-se o *Grupo Dramático*, para levar à cena as peças libertárias *Gaspar, o serralheiro*, de Batista Machado e a comédia, *Os apuros de um*

¹⁹ Maria Silva, no fim de 1938, ainda vivia fiel ao anarquismo. Segundo Rafael Fernandez ela estava com cerca de 90 anos e gozava de perfeita lucidez e boa memória. (Dados na Fundação Arquivo e Memória de Santos).

²⁰ Segundo o texto de Francisco Corrêa, *Mulheres Libertárias: um roteiro*, Catalice era costureira.

²¹ Maria Angelina Soares morreu em 1985 acreditando que o anarquismo é capaz de promover a felicidade humana.

noivo. Foram representadas várias vezes, com grande sucesso, em 1897 e contaram com a participação do elemento feminino.

A partir da primeira década do século XX, o teatro anarquista evoluiu bastante em São Paulo e no Rio de Janeiro, aumentou suas representações com a colaboração de Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares. Na capital paulista, a participação da mulher na propaganda anarquista – através do teatro amador – foi imensa.

Outras militantes também foram de grande importância para o teatro anarquista, tais como Olga Biasi, Maria Garcia, Carolina Boni, Helena Santini, Lucia Santini, Vitória Guerreiro, E. Camillis, Matilde Cruz, Esmeralda Barrios, Nena Valverde, Cândida Alarcón, Mercedes Sole, Nieves Simon, Margarida Sales, Adelina Santos – juntamente com outras mulheres cujos nomes não consegui identificar em minhas pesquisas no Arquivo Edgar Leuenroth, na Fundação Arquivo e Memória de Santos e Sociedade Humanitária do Comércio de Santos. Participaram em épocas diferentes da propaganda anarquista, representando vários dramas e comédias. O teatro foi, por cerca de cinquenta anos, um dos mais eficientes veículos de divulgação do anarquismo.

A atividade teatral – com a ajuda do elemento feminino -, também chegou a Campinas e Santos. Nesta última cidade, denominada a “Barcelona Brasileira”, Sofia²² Krup, Elza Costa, Aurora Novoa, Luiza Novoa e as irmãs Odete e Isaura participaram nas peças *Gaspar, o serralheiro*, *Sangue fecundo*, *Primeiro de maio*, *Amanhã*, *Pecado da simonia*, *Cristo moderno*, *Infanticídio*²³.

No Rio de Janeiro, o teatro anarquista, fundado pelo libertário espanhol Mariano Ferrer, em 1903, e continuado pelo ator formado na Universidade de Coimbra e anarquista, Romualdo de Figueiredo, depois de Carlos de Abreu, português, contou com a participação, em sua última fase, por volta da década de vinte, das irmãs Pilar Soares Matilde Soares, Maria Angelina Soares e Maria Antônia Soares representando as peças: *O pecado da simonia*, *Primeiro de maio*, *Amanhã*, *Avanti*, *Sangue Fecundo*, *Infanticídio*, *A ceia dos pobres*, *Greve de inquilinos*, *Fuzilamento de Ferrer* dentre tantos outros dramas, comédias e paródias libertárias.

Paralelamente à atividade teatral, a mulher participou da divulgação do anarquismo, ensinando nas escolas operárias como, por exemplo, o Centro Juventude do Futuro, as Escolas

²² Esse foi o nome pela qual passou a ser chamada a filha do anarquista Krup, tal sua identificação com a personagem de igual nome na peça *Sangue Fecundo*, representada inúmeras vezes. Idéia contida no artigo de Francisco Corrêa, *Mulheres Libertárias; um roteiro*. In: **Libertários no Brasil**; memória, lutas, cultura. São Paulo, Editora Brasiliense. 1987. p. 44.

²³ Fonte: *A Plebe*, 1917 a 1920.

para operárias e o Centro Feminino de Educação, pelos métodos da Escola Moderna de Ferrer e colaborando na imprensa anarquista.

Maria Angelina conheceu o anarquismo em Santos. Em 1914, mudando-se para São Paulo, começou a ajudar o seu irmão – Florentino de Carvalho – a fazer o jornal *La Barricata – Germinal*, em italiano e português. Escreveu artigos, deu palestras, trabalhou no teatro anarquista – São Paulo e Rio de Janeiro – com suas outras três irmãs, fundou e dirigiu grupos de cultura social. Enquanto exercia o magistério particular em escolas anarquistas, discursou e foi presa em 1917 na cidade de São Paulo, por suas idéias libertárias.

O texto abaixo é de sua autoria:

*Nós, que pensamos livremente (...) não podemos deixar de perceber a espessa fileira dos homens e mulheres conscientes que lutam bravamente pela causa da humanidade, gritando bem alto e com toda força de nossos pulmões;
Abaixo a lei liberticida!
Abaixo o legislador!
Abaixo o Iscariote moderno!
Abaixo o ladrão da liberdade!
Abaixo a burguesia!
Viva a anarquia!
Viva a solidariedade!
Avante operários. Lutemos sem trégua, que a vitória seja nossa!”²⁴.*

Nesse discurso, Maria Angelina direciona-se a todos os trabalhadores e, nesse sentido percebi algumas mudanças no conteúdo de sua fala. Como elas se dirige aos homens e às mulheres sem distinção, ela faz na sua fala, apologia à doutrina anarquista especificamente e não trata aqui sobre o tema da emancipação feminina. Seu discurso é inflamado e chama os camaradas para a luta contra o regime. Porém, nota-se uma sutil diferença: no início da fala ela chama aos “homens e às mulheres”, em outros exemplos de discursos em que o orador era um homem, não havia a especificação das mulheres no chamado dizia-se apenas, por exemplo, “operários, camaradas ou homens”.

Neste exemplo, podemos ver que a mulher militante também se preocupou com as questões ligadas ao processo de luta pelo anarquismo. Porém, essas questões, na maioria dos casos, aparecem como pano de fundo para que o tema da emancipação feminina viesse ao conhecimento do público. O que deixa transparecer é que essas militantes encontram no movimento libertário um *locus* de expressão, divulgação e desenvolvimento do projeto emancipatório da mulher.

²⁴ SOARES, Maria Angelina. *Contra a lei Scelerada*. In: **A voz do povo**. São Paulo. 08/06/1917. p.4.

Isabel Cerrutti foi outra colaboradora importante: escreveu na imprensa, falou nas assembléias, proferiu conferências e ensinou nas escolas. No entanto, quem mais deixou trabalhos publicados foi Maria Lacerda de Moura: suas obras²⁵, seus artigos conferências e o lançamento da revista *Renascença* retratam a grandeza do legado deixado ao movimento feminino em suas obras.

Nas greves, nas comemorações de 1º de maio, nas manifestações e protestos contra a ganância patronal e as violências governamentais, a mulher sempre esteve presente direta ou indiretamente. A união das Costureiras e Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro soltam, em 1917, o seguinte grito de emancipação da mulher:

*Vos que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai; tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio de nossas associações de classe, não basta.
Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária, e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a emancipação da Mulher
Homens conscientes.
Se refletirdes um momento, vereis quão dolorosa é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhas por seres repelentes e vis.
Trabalhadores.
A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher²⁶.*

A questão a respeito da emancipação da mulher coloca-se aqui como um pré-requisito para a possibilidade de um progresso social e do alcance uma sociedade igualitária. Este valor que é dado ao projeto feminista me parece ser uma estratégia de legitimação deste no movimento anarquista. Como este último prega a total ausência de autoridade, as mulheres militantes encontram, no discurso anarquista, uma brecha para legitimarem sua emancipação mediante a autoridade masculina.

E mais, o discurso destas mulheres é muito bem articulado e direcionado especificamente a um tipo determinado de público – homem operário e militante. Neste texto as contradições surgidas no movimento anarquista são colocadas em xeque, este trabalha com a idéia de que nada daria certo dentro do movimento e da proposta anarquista sem antes, os

²⁵ Maria Lacerda publicou: Em torno da educação, Porque vencer o por vir, Renovação, A mulher e a maçonaria, A fraternidade e a escola, A mulher é uma degenerada? Religião do Amor e da beleza, Serviço militar para mulher – Recuso-me. Denuncio. Fonte: MIRANDA, Jussara Valéria de. **Maria Lacerda de Moura e a luta pela emancipação feminina**. UFU. Instituto de História. Dez. 2003.

²⁶ CORRÊIA, Francisco. *Mulheres Libertárias; um roteiro*. In: **Libertários no Brasil**; memória, lutas, cultura. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987. Pp. 49

próprios militantes não reconhecessem a situação de subserviência da mulher mediante aos próprios companheiros de luta. E assim, modificarem essa situação.

A mulher militante no Brasil desprezava o convencionalismo, colocando-se francamente em oposição aos limites colocados da igualdade perante a lei e o chauvinismo; pretendia a emancipação social humana para todos, liberdade plena, independente de sexo, idade, nacionalidade e cor.

No mesmo sentido, o artigo de Maria Angelina Soares publicado em *Semana Operária* coloca a impossibilidade da emancipação do homem ao regime capitalista sem antes libertar a mulher da opressão machista:

*Os homens que mais desejam a libertação da mulher e que têm trabalhado para emancipá-la são aqueles que pensam e sabem que é impossível o homem emancipar-se do regime capitalista – autoritário sem a mulher estar emancipada física e moralmente da tutela masculina*²⁷.

Temos aqui mais um exemplo, em que o discurso é dirigido ao homem operário e militante anarquista. Todavia, na grande maioria dos textos, à discussão é endereçada a mulher, no sentido de educá-la e conscientizá-la para a causa feminista anarquista. Aqui, porém, mais uma vez, o homem é chamado a participar na causa da emancipação feminina.

Este chamamento deixa claro que para as militantes, ou pelo menos algumas delas, a participação, a conscientização e/ou concessão masculina em prol do projeto emancipatório da mulher era algo de razoável importância. Era preciso que os homens entendessem a legitimidade do movimento feminino dentro de um projeto maior de emancipação de todos os sujeitos explorados pelo capital e, depois de passado este primeiro momento, proporem uma nova sociedade, a libertária. É essa estratégia que perpassa os textos escritos por Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Pilar Soares e Matilde Soares.

As mulheres militantes participaram em “pé de igualdade” com os homens no movimento operário anarquista do primeiro quartel do século XX. O ambiente “disciplinarizador da fábrica”, como afirma Margareth Rago em seu livro *Do Cabaré ao Lar – A utopia da cidade disciplinar (1890-1920)*²⁸, era compartilhado por diferentes sujeitos produtores de bens materiais e militantes do movimento operário – homens, mulheres e crianças.

²⁷ SOARES, Maria Angelina. *Mulheres Operárias*. In: **Semana Operária**. São Paulo. 19/05/1917.

²⁸ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar (1890 -1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Por insubordinarem-se contra os baixos salários, as longas horas de trabalho, fazer greves, promover manifestações públicas de apoio aos grevistas e protestar contra as deportações, muitas mulheres conheceram os porões da polícia paulista. Por trás da empreitada de conscientização da classe trabalhadora estavam as militantes libertárias, dentre elas, as Irmãs Soares. Cabe perguntar: Que tipo de conscientização estas mulheres queriam dar ao público para o qual se dirigiam? E com quais intenções faziam isso? Estas questões serão discutidas no segundo e terceiro capítulos.

SEGUNDO CAPÍTULO:

A imprensa operária no início do século XX.

Os artigos que utilizo para auxiliar-me na discussão seguinte são: *A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: uma exposição sumaria*, de Hadassa Grossman; *Em torno do jornal O Amigo do Povo: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*, de Edilene Teresinha Toledo; e, *Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Bataglia” e a sua visão da sociedade brasileira; o embate entre imaginário libertário e etnocêntrico*, de Luigi Biondi.

Primeiramente, em seu artigo²⁹ Hadassa Grossman se propõe a estudar a imagem da mulher no setor operário, no Brasil, entre os anos de 1889 e 1922. As questões levantadas pela autora são: Qual era a imagem da mulher? Como ela era percebida, compreendida e apreendida por seus contemporâneos? A intenção de Grossman é a de avaliar a distância entre o que essa mulher realmente foi e a maneira pela qual foi percebida e apresentada. A autora procura estudar a mulher sob dois aspectos – o real e o imaginário. Interroga, a seguir, sobre a natureza deste distanciamento, procurando ver se ele foi influenciado pelo fato de que as pessoas que contribuíram para desenhar essa imagem eram militantes operários. O objetivo de Grossman é elucidar se a imagem que se depreende da mulher foi pintada pelas idéias daqueles que a descreviam ou pelos que se endereçavam a ela.

Seu trabalho tem como fonte primária a imprensa operária no Brasil dos anos de 1889 a 1922. E os critérios que guiaram suas escolhas foram basicamente dois: a ideologia declarada estampada pelos autores dos artigos, e o período durante o qual eles foram publicados. O trabalho de Grossman é bastante importante no sentido de iluminar a imagem da mulher naquele setor da população operária na qual as idéias libertárias predominavam no Brasil, no começo do século XX.

A importância da imprensa para o movimento operário em geral e para o movimento anarquista em particular é um fato conhecido e reconhecido por todos aqueles que se debruçam sobre essa época. Todavia, o trabalho de Grossman acrescenta algumas informações sobre as publicações da imprensa operária.

²⁹ GROSSMAN, Hadassa. *A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: Uma exposição sumária*. In: **Cadernos AEL**. Anarquismo e anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998 – Semestral ISSN 1413-6597.

Considerando que os anarquistas europeus rejeitaram todo laço formal de organização, os periódicos assumiram um grande número de funções normalmente exercidas por uma estrutura organizada: ofereciam um fórum para discussões teóricas, assim como para anúncios de ordem prática.

Também, no Brasil, os anarquistas fundaram os periódicos com o objetivo de utilizá-los como meio de difusão de seu ideal político, assim como para encorajar, através de suas publicações, a luta do proletariado. Às grandes distâncias de nosso país, somavam-se as dificuldades de encontrar uma língua comum, compreensível aos imigrantes vindos da Europa, assim como aos brasileiros, população humilde e não necessariamente letrada.

Acrescenta-se a esse quadro de dificuldades a falta de recursos que caracterizava os setor operário, as hostilidades, ou mesmo as perseguições sofridas pelos redatores e administradores. O fato de uma publicação poder existir era quase um milagre.

Procurando atingir e influenciar certa parte da população, o editor de um periódico de esquerda devia escolher, como um objetivo definido, os avisos e notícias a serem impressos. Em seus artigos, podemos notar a influência de pensadores e teóricos europeus, traduzidos para o italiano, português e espanhol. Os nomes de Spencer, Darwin, Kropotkine, Tolstoy, Proudhon, Stiner, Nitzche, Bakounine figuram regularmente ³⁰.

Em periódicos operários – especialmente os anarquistas publicados entre o final do século XIX e início do século XX em São Paulo e Santos – encontramos apelos à solidariedade, balanços sobre a coleta de fundos, avisos sobre as chamadas de greve, ao boicote e a outras manifestações operárias. Anúncios, propagandas e publicidades sobre outras publicações de caráter militante em favor do proletariado, anúncios de brochuras, panfletos e livros publicados, enfim, vários tipos de informação adentram as páginas de jornais como *A Plebe*, *O Grito Operário*, *A Lanterna*, *O Germinal* entre outros.

As atividades e notícias referentes às manifestações operárias no mundo inteiro apareciam ao lado de notícias de acontecimentos de outros estados do Brasil. As notícias chegavam seja dos centros – Rio de Janeiro e São Paulo – seja do meio rural de plantações isoladas. Os periódicos também eram distribuídos nos lugares mais longínquos, constituindo, muitas vezes, o único meio de conhecimento e de contato do qual dispunham os colonos, fossem eles imigrantes ou brasileiros.

³⁰ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão!* São Paulo: Brasiliense, 1984, p.124.

O formato das publicações não era uniforme. Trata-se, geralmente, de duas folhas dobradas ao meio, formando uma publicação de quatro páginas, em papel simples, com letras grandes para títulos e subtítulos.

Segundo Grossman, a leitura das publicações que aparecem durante a época estudada traz para o leitor um grande número de indicações. Para esta autora, se lermos nas entrelinhas do texto escrito escutando “aquilo que não foi dito”, poderemos aprender mais do que aparece à primeira vista. Especialmente no que reporta à mulher. Desta maneira, a abordagem feita por Grossman é bastante válida e pertinente.

No que se refere à frequência e regularidade da publicação dos periódicos da imprensa operária o ponto comum que encontramos entre eles é a própria falta de regularidade. De fato, a continuidade da publicação de um periódico anarquista parece refletir aquela do movimento, e as interrupções e hesitações do primeiro poderia ser espelho do segundo.

Houve periódicos famosos como *A Lanterna*, *A Plebe* e *A Terra Livre*, que foram porta-vozes dos anarquistas e socialistas durante anos. Houve também publicações que tiveram apenas uma duração efêmera.

Grossman exemplifica essa situação dos jornais da imprensa operária (re)lembrando a história do periódico *Avanti!*. O semanário italiano começou a aparecer em 1900 e continuou até 1917. Durante estes anos, ele foi interrompido, e retomou sua publicação: deixou de existir em 1908, ressurgiu em 1914 com o mesmo nome, e com a indicação “Nova Fase”.

Neno Vasco, anarquista português, editou o jornal *O Amigo do Povo* a partir de 1902 até o número 62, datado de 17 de setembro de 1904. A questão da mulher foi ali assiduamente sublinhada, e apareceram vários artigos intitulados “A emancipação da mulher”, “A mulher operária”, etc.

Já o semanário anarquista *Germinal* conheceu períodos difíceis, mudanças na língua na qual era publicado – do italiano para o português – uma história agitada durante a sua publicação, a partir de 10 de fevereiro de 1902 até 1920.

Vários jornais nasceram graças à iniciativa de algumas pessoas. Desta forma, temos hoje disponível para pesquisa uma dezena de publicações que, por vezes, tinha curta duração. Contudo, o que é válido assinalar com relação aos periódicos anarquistas é o caráter diversificado que de cada uma destas publicações.

A intenção de Grossman, em sua pesquisa, é de tentar descobrir, lendo estes periódicos, qual foi a opinião dos autores, dos colaboradores e dos editores no que concerne a mulher. A leitura que a autora faz se dá em diversos níveis: o primeiro é o da informação

explícita, obtidas na leitura das notícias que dizem respeito à mulher, suas necessidades, o trabalho que exercia seu salário e as leis vigentes no início do século XX.

O segundo nível de leitura se estabelece naquilo que é sugerido, implícito, sutil; neste nível de leitura os espaços, os silêncios têm importância. Por fim, Grossman estuda os termos escolhidos para descrever a mulher na imprensa operária procurando ver se a formulação é de uma natureza diferente daquela que servia para designar o homem em circunstâncias similares. Nestes artigos, anúncios e/ou avisos que aparece na imprensa operária, a militante deixa transparecer, de forma inconsciente ou não, sua idéia de mulher.

E seguindo este raciocínio, mesmo prontos a afirmar que frente a uma questão do tipo “Qual é o papel da mulher na sociedade libertária?” ou “Homens e mulheres são iguais?”, a resposta consciente da militante seria bem diferente daquela que se revela na pesquisa de Grossman.

Podemos chegar a uma primeira conclusão: a mulher era descrita em termos dicotômicos: mãe ou prostituta, santa ou satânica. Porém, lendo os artigos com maior profundidade, e procurando apreender as nuances encontradas, outra dimensão é discernida. E é justamente esta que Grossman apresenta segundo o que se depreende dos escritos publicados nas páginas dos periódicos anarquistas do início do século XX.

Primeiramente, foi observada a posição dos contemporâneos da mulher – do início do século XX em São Paulo – do setor operário sob o tema da solidariedade de classes comparada à solidariedade de sexos. Quando um conflito de interesses aparece entre os dois, decidir qual domina, fazer uma escolha, certamente não é fácil nem simples. E não era para os militantes da época homens e mulheres.

Por exemplo, uma notícia apareceu em *O Socialista* em 1896, comentando um livro, *A mulher*, escrito por Bebel³¹:

É um livro admirável, tanto pelo conteúdo como pelo estilo sobre a questão da mulher, naturalmente em seu favor e pleiteando sua igualdade legal e social com o homem. Esta obra lhe trouxe grandes simpatias no meio feminino, mesmo entre aquelas que pertenciam à burguesia.

Esta notícia aponta que o tema “igualdade legal e social” une as mulheres, burguesas ou não. Isto mostra pontos em comum às mulheres sem distinção de classe social. Este exemplo pode ser um indício de que há uma prioridade maior para as mulheres que não é a

³¹ BEBEL, Augusto. *O Socialista*. São Paulo. Ano I Nº. 31, 13/12/1896, P. 02.

luta de classes. Nesta fala, os que as unem não é a classe social de onde se originam e sim o sexo.

Outro exemplo está no artigo “A mulher: objeto de luxo”, publicado em 1900 por uma mulher, Branca Nery, no jornal *O Protesto*, cuja idéia era seguinte: as filhas e as esposas dos burgueses, defensoras da propriedade coletiva, também são consideradas como objeto de luxo fútil. Para finalizar a autora diz: “*esta é a razão segundo a qual anarquia não deve ser apenas o ideal dos pobres, mas também dos ricos, porque todos sofrem, em diferentes graus...as injustiças sociais*”³².

O que temos aqui é um argumento, apresentado por uma mulher, mostrando que a exploração da mulher se fazia no nível da camada social pobre e também no seio da burguesia. Havia, então, uma identidade de interesses para todas as mulheres. Contudo, exceto esses dois exemplos que aqui foram descritos, podemos dizer que o que sai dos textos é bastante diferente. A grande maioria não delega autonomia teórica ou prática ao movimento de emancipação feminina gestado pelas mulheres do início do século XX.

Foi encontrado um texto teatral no semanário *Folha do Povo* – jornal que por definição está a serviço do povo – que exemplifica um outro tipo de situação e realidade delegada às mulheres. Em síntese, o texto descreve uma moça – heroína da trama – que se encanta por um rapaz e por suas idéias revolucionárias. Ele é preso, porém a governanta da moça afirma que as reuniões devem ser mantidas pelo “Comitê feminino da sociedade cosmopolita dos paladinos das verdadeiras luzes”. Reunidas em uma sala, todas as mulheres eram velhas, vestiam as mesmas roupas e óculos, ou seja, não havia nem um tipo de individualização das personagens femininas. Estas foram tratadas como elementos alegóricos, homogeneizados no texto teatral.

A discussão que ocorre na cena remete ao tema do amor livre, e uma das mulheres começa a fazer um discurso concluindo que se substituíssem o casamento pelo amor livre haveria a emancipação da mulher. Neste momento, a heroína da história indaga sobre o significado de todo aquele discurso; como aquelas mulheres poderiam falar de amor livre sendo que era impossível alguém ama-las livremente ou à força³³?

A história continua com a mocinha tentando libertar seu “amado”. Todavia, para conseguir encontra-lo, ela terá que “comprar” informações sobre seu paradeiro. Uma mulher, por exemplo, pede os brincos da heroína em troca da informação. Enfim, ela o encontra, porém, ele a rejeita e, decepcionada com a atitude do rapaz a moça foge.

³² NERY, Branca. “A mulher”. *O Protesto*. Rio de Janeiro. Ano II N° 10, 16/07/1900. P. 03.

³³ MENDES, Catule, “História Roxa”. *Folha do Povo*. São Paulo. Ano I N° 35, 06/12/1908. P. 04.

A jovem, com certeza, pertence à burguesia já que possui até uma governanta. A pequena burguesa apaixonou-se pela beleza física de um jovem revolucionário. Seduzida pelas idéias do rapaz, a garota vai a uma reunião onde encontra mulheres velhas que certamente não sabem nada sobre o amor.

A imagem da mulher, nesta trama, é dicotômica: ou é jovem, bela e acéfala inspirando o amor e guiada pelas emoções ou é velha, insípida e pálida, fazendo parte de comitês e discutindo intelectualmente o amor. Em seguida, a trama nos coloca frente a uma mulher de certo nível social que não hesita em pedir presentes em troca de informações à nossa heroína. A mensagem passada é clara: não existe solidariedade entre as mulheres mesmo que pertençam a uma mesma classe.

Podemos perceber com o exemplo citado que, para algumas militantes operárias desta época, o limite, a separação, os interesses das pessoas encontram-se agrupados ao redor da classe à qual pertencem e não do grupo sexual que fazem parte.

Algumas pessoas, em especial as mulheres, tinham opinião diferente sobre esta questão, fazendo surgir no cenário operário fortes discussões. Para exemplificar a solidariedade de classe, Grossman utiliza em seu artigo um texto contido no periódico *Avanti!* datado de 1901.

*Todos aqueles que sofrem o martírio desumano da necessidade e da servidão, aqui apresento uma palavra que os fará sorrir largamente, e que servirá a consolá-los e alivia-los de suas dores: A rainha Helena esta grávida de seis meses. (...) No momento do futuro parto os membros da municipalidade de Roma irão organizar um encontro na capital com todos os colegas do belo reino da Itália. Que mais podemos querer? Que alegria, que felicidade!*³⁴.

Neste texto, o elemento irônico é no mínimo provocante. Mesmo tratando-se da maternidade, comum a qualquer mulher, as “alegrias” de ser mãe não são as mesmas quando se é rainha ou uma mulher pobre. Por um lado, vê-se a alegria de todo país com a chegada do novo príncipe e, por outro, a fúria das autoridades diante da gravidez de mulheres pobres, ou seja, “novas bocas inúteis para alimentar”. Sem mencionar os cuidados na gravidez que a nova mãe terá consigo, diminuindo assim seu rendimento no trabalho, e em seguida tendo que dividir-se entre o trabalho e o bebê.

³⁴ *Avanti!* São Paulo, Ano X, Nº. 3, (Nova Fórmula) Apêndice, 16/05/1914.

A mensagem é clara: as mulheres têm motivos para alegrarem-se com a gravidez da rainha. A maternidade não une as mulheres através da classe, existe um abismo entre a rainha e a mulher do povo que não seria coberto pela solidariedade do sexo.

No conjunto dos anúncios, avisos, deduções de contribuições recolhidas em favor do operário, publicadas pela imprensa anarquista, Grossman sublinha um tipo de artigo que só poderia se referir a mulher. Trata-se da publicidade feita pelos médicos ginecologistas nos periódicos de esquerda, recorrentes na página 4 dos jornais, aquela que era geralmente consagrada aos avisos de interesse geral. A constante publicação destes anúncios indica a existência de leitoras. Ela também revela o conhecimento implícito por parte dos médicos do número elevado das mulheres que poderiam se interessar pelos anúncios. Uma parte dos médicos talvez fosse formada por simpatizantes que desejassem sustentar financeiramente a imprensa socialista, mas uma outra parte, sem dúvida, estava interessada no aspecto prático da questão.

Avanti! De São Paulo, importante semanário socialista, apareceu inicialmente em italiano, em outubro de 1901, e foi publicado até outubro de 1904. Retomou suas publicações em 1914³⁵. Exceto alguns poucos artigos, publicados por mulheres e simpatizantes do projeto emancipação feminina, a presença da mulher nos periódicos muitas vezes se fez sentir mais por sua ausência. Dois anúncios de médicos encontrados no jornal *Avanti!* em 1914 exemplificam a participação dos médicos nos periódicos anarquistas:

O Dr. FRANCESCO OLIVA

*Especialista em obstetrícia e doenças de mulheres (...)*³⁶.

O Dr. CARLO MAURO

Médico cirúrgico obstetra

Diplomado pela R. Universidade de Roma

Pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Tratamento da tuberculose (...)

*Tratamento todos os dias de 12 às 3 horas, em sua residência (...)*³⁷

³⁵ GROSSMAN, Hadassa. op. cit. p. 79.

³⁶ *Avanti!* São Paulo, X(3), (Nova Fórmula), Apêndice, 16.05.1914.

³⁷ *Avanti!* São Paulo, X(6), (Nova Fórmula), 06.06.1914, p. 03.

Estas notícias indicam a utilização do jornal como forma de dialogar e informar seus amigos e clientes. No segundo exemplo, temos um médico que trata de tuberculose, doença que atingia homens e mulheres, porém este era, antes de tudo, cirurgião obstetra, e nesta categoria, devia ter a maior parte do tempo, pacientes do sexo feminino. Ele escolheu colocar anúncios no jornal *Avanti!* logo, contava atingir mulheres suscetíveis de vir se tratar em seu consultório. Temos anúncios semelhantes em *A Folha do Povo*, semanário publicado em São Paulo pelo anarquista Edgard Leuenroth.

As publicidades pareciam confirmar o fato de que as mulheres dos operários, suas esposas, suas irmãs e suas companheiras, no mínimo, folheavam os periódicos e tiravam de lá informações que as interessavam. Elas indicam também que os redatores e os militantes eram conscientes do seu peso, de sua força e de sua importância.

Os avisos de falecimento de homens, mulheres e crianças publicados nos jornais operários também são bastante interessantes. Esta abordagem iluminou a questão que me preocupa saber: a maneira pela qual as mulheres eram descritas nas instâncias e circunstâncias da vida. Vamos verificar se existia ali uma diferença nos termos empregados para falar de uma mulher e de um homem.

Na coluna “FALECIMENTOS” do periódico *O Socialista*, tomamos conhecimento da morte de um bebê:

*Enterrou-se no dia 28 do mês passado o inocente Adelino com idade de 11 meses, filho de M. Adelino Rodrigues da Trindade, proprietário do salão Adelino. Nossas condolências*³⁸.

Qualificar a criança de inocente é compreensível, pois trata-se de um bebê, mas nos perguntamos se havia ou não uma mãe, ou se simplesmente a omitiram. Seria aqui o caso de um silêncio?

O periódico *O Socialista* fala do falecimento de uma mulher na França, Sra. Dembourg, filantropa generosa que havia sustentado a causa operária. Vejamos algumas palavras encontradas no aviso:

*Excelente, generosa, com boas qualidades, modesta, com elevados sentimentos, com idéias avançadas, com um imenso amor pela humanidade, méritos, abnegação, a amiga chorada*³⁹.

³⁸ *O Socialista*. São Paulo, I (11), 19.07.1896, p. 03.

³⁹ *O Socialista*. São Paulo. II (34), 08.06.1901.

Não coloco em dúvida as qualidades desta mulher. Apenas coloco a questão se estes mesmos termos teriam sido empregados para descrever um filantropo do sexo masculino?

O periódico *Avanti!* anuncia o falecimento da mãe do redator do jornal:

Uma infelicidade gravíssima acaba de chegar estes dias ao nosso Alceste Ambrys. A mulher – VALERINA RICCI – a mãe afetuosa de nosso camarada, acaba de morrer na Itália. Munida de uma grande coragem e de sentimentos elevados, estava consagrada inteiramente à família e aos ternos cuidados de seus filhos. Ela teve uma repentina crise cardíaca. Seu falecimento causou uma grande tristeza a todos aqueles que a conheceram ainda jovem. A maior tristeza que pode se experimentar na vida é perder sua própria mãe, e isso não cabem palavras de consolo. Nós nos fazemos de intérprete de todos os camaradas, limitando-nos a transmitir aqui um cumprimento afetuoso a nosso redator; posto tão duramente à prova e a seu irmão Agiolino, que se encontra igualmente em São Paulo⁴⁰.

A família é percebida aqui como ponto de origem, como o centro da alegria, e a perda da mãe, afinal um fenômeno natural e previsível, é descrito como sendo a “maior infelicidade”. A mãe do redator do jornal morre na Itália, e uma nostalgia ou um sentimento de culpa por parte do filho por ter abandonado a mãe no Velho Mundo pode ser percebido nas entrelinhas do texto. E o fato de se encontrar no Novo Mundo longe da mãe nos últimos momentos é o que se soma ao sentimento de uma grande infelicidade.

Avanti! publicou um aviso fúnebre intitulado “Gisela Bertoldi”:

Nosso camarada A. Bertoldi foi duramente testado pela infelicidade, juntamente com sua esposa. Gisela Bertoldi – a filha – morreu aos 18 anos, depois de uma longa doença, a tuberculose. Era uma flor gentil, cuja fineza da alma tinha seduzido nossa classe. Muitos amigos da família e numerosos camaradas assistiram ao funeral – somente civis – para expressar as sinceras condolências à família Bertoldo⁴¹.

As condolências são expressas ao pai e a mãe, contrastando com o aviso do óbito do bebê de 11 meses mostrado acima. A moça é descrita com as palavras “gentil flor”. Os termos não seriam os mesmos se tratasse do funeral de um homem, percebemos claramente que existiam diferença nos discursos direcionados aos homens e às mulheres.

Ponderemos comparar os termos empregados pelo anúncio do falecimento de um camarada, Camilo Soares, com aqueles utilizados para uma mulher.

⁴⁰ *Avanti!* São Paulo, II(32), 25.05.1901, p. 03.

⁴¹ *Avanti!* São Paulo, II (24), 06.01.1907, p. 02.

*O querido camarada Camilo Soares, empregado no centro dos Empregados do Caminho de Ferro e redator de O Veículo, está morto. Ele conheceu muito tardiamente as idéias anarquistas, embora as tenha assimilado rapidamente e mostrou uma grande capacidade e inteligência para a propaganda. Ele nos fala especialmente agora. Os camaradas do Rio abriram uma coleta em favos da família do morto, que ficou em uma precária situação*⁴².

Soares é descrito como “inteligente” e “capaz”, adjetivos que não encontramos ao que concerne ao falecimento de mulheres, não importa o quão inteligente elas foram. A coleta de dinheiro para família faz-se quando o responsável pela sua manutenção morre. Isto acontece, sobretudo, quando a pessoa morta é um homem, o chefe da família.

O periódico *A Terra Livre* publicou, em 1907, a morte do anarquista Pietro Gori, corrigindo-s mais e tarde e reconhecendo o seu erro: era o pai de Pietro que havia morrido. Vejamos os termos empregados no anúncio:

*O telegrafo nos anuncia a triste notícia da morte do anarquista Pietro Gori, infatigável propagandista da anarquia, advogado, orador forte e eloqüente, que poderia ter tido uma posição brilhante no seio da burguesia, mas preferiu se expor ao seu ódio, e sofrer a prisão e o exílio, para poder expor suas idéias (...) mas ainda mais poético, mais floreado (...) proferiu centenas de conferências (...)*⁴³.

A narrativa das proezas e das idéias de Gori destacam-se aqui; nem uma palavra sobre sua vida familiar, sobre seus filhos, como teria sido o caso se se tratasse de uma mulher. Não se fala de seu temperamento nem de sua mentalidade; nenhuma abordagem psicológica para Gori, mas prioritariamente as narrativas de suas proezas intelectuais. Assim, o silêncio, a ausência de certos termos, são eloqüentes e reveladores da atitude da pessoa responsável pela redação e publicação dos avisos fúnebres. E a recepção destes avisos provavelmente sequer despertava a atenção do público para essas diferenças nas descrições e adjetivos dados a homens – adjetivos ligados à razão – e mulheres – adjetivos ligados a emoção.

Grossman também se detém em diversos anúncios de jornais que estão relacionados direta ou indiretamente às mulheres. O semanário *A Semana Operária* publicou em 1907 um aviso elogiando o trabalho de uma senhora que fazia chapéus para mulheres. Este anúncio se endereça unicamente ao sexo feminino, notamos que houve a introdução de um artigo de moda em um jornal operário e para leitores acostumados a ler artigos sobre a revolução, a sociedade ou a luta de classes, tal acontecimento representou mudanças.

⁴² “Camilo Soares”. *A Terra Livre*. São Paulo, II (24), 06.01.1907, p. 02.

⁴³ “Pietro Gori”. *A Terra Livre*. São Paulo, II (24), 09.02.1907, p. 02.

Percebemos, também, nos jornais, outros indícios de que eram lidos freqüentemente por mulheres. Era comum aparecerem pequenas notas ou avisos procurando por pessoas, e estes comunicados usualmente eram endereçados às mulheres.

O artigo “Exploração escandalosa”, publicado na “*Folha do Povo*”, traz um outro fato curioso: as mulheres de dois empregados se desentendem, e o chefe dos empregados suspende um deles, o que ocupava o cargo subalterno. A circular que anunciava este fato dizia: “*suspende-se o carregador (...) porque sua mulher discutiu com a mulher do chefe da estação*”. Percebe-se, aqui, um ato de repressão comum; se a mulher pecou, foi atingida através de seu marido que fora punido.

Já o artigo “Dona Belen Sarraga”, publicado em 1911 pelo periódico “*A defesa*” informa que uma teórica e militante anarquista – Belen Sarraga – está em São Paulo.

*Depois de uma brilhante tournée pelo estado de São Paulo, a livre-pensadora D. Belen Sarraga encontra-se na Capital Federal, onde já deu uma conferência no palácio Monroe*⁴⁴

Esta notícia desperta grande interesse no Rio Grande do Sul pelas atividades libertárias desenvolvidas por esta conferencista cujos trabalhos levavam-na a efetuar *tournés* em diversos estados do país. É também possível perceber o tom neutro da notícia, esta é livre de preconceitos e/ou estereótipos: talvez as mesmas palavras usadas no corpo do texto seriam empregadas se ela fosse homem.

Vistos e analisados os exemplo dados de artigos publicados nos jornais da imprensa operária posso constatar que a visão dos redatores e colaboradores destes periódicos não estava unificada quando se tratava da mulher. Havia vários aspectos: a mulher era vista, às vezes, como uma pessoa vaidosa, frívola, era quase que um brinquedo ou objeto de luxo. Porém, para outros possuía um “espírito brilhante”, era instruída e capaz de dar conferências. Defendia-se quando era atacada, podendo-se mostrar tão astuciosa quanto um homem.

Outro trabalho que julgo importante para a discussão sobre a imprensa operária do início do século XX é o de Edilene Terezinha Toledo. Esta autora aponta, em seu trabalho, os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo no início do século XX, tendo

⁴⁴ *A Defesa*. Bagé, Rio Grande do Sul, Ano I, N° 30, 01/05/1911, P. 03.

como objeto de análise o jornal *O amigo do Povo*. Este jornal estava na origem da constituição de um movimento político e sindical organizado, que influenciou a classe operária e despertou interesse para o anarquismo. Em torno deste jornal, encontravam-se vários grupos anarco-comunistas, que constituíam uma dimensão própria da ação anarquista e tinham uma concepção diferenciada da estratégia a ser seguida. Suas diferentes opções de atuação visavam a educação dos trabalhadores. A análise deste caso permite-nos compreender um momento importante na história do anarquismo e dos trabalhadores brasileiros. Os temas abordados no jornal *O Amigo do Povo* iam do anti-parlamentarismo à emancipação da mulher, da imigração à violência do Estado, notícias do Brasil e do mundo, queixas, histórias, denúncias.

O movimento operário do começo do século não pode ser reduzido ou somente identificado com o anarquismo, já que, a experiência da classe operária integra diferentes comportamentos. Também não devemos cair no extremo oposto, ou seja, negar a influência anarquista entre os trabalhadores nesse momento, uma vez que eles estiveram presentes em importantes momentos da formação da classe operária⁴⁵ e participaram da sua organização.

O objetivo do movimento anarquista do início do século XX era divulgar as idéias políticas e também propor a construção de uma cultura e moral operárias não contaminadas pelos dogmas da Igreja, do Estado e da burguesia. Além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista.

Os grupos anarquistas que aturavam, neste momento, no Brasil, apresentavam diferentes orientações; simples diferenças e sérios antagonismos envolviam questões teóricas e práticas. Apesar da convivência e cooperação, alguns grupos atacavam a atuação anarquista nos sindicatos, pois, consideravam-na reformista – por exemplo, os jornais *La Barricata*, *Guerra Sociale*, *La Bataglia*.

Apesar da divergência de opiniões entre os grupos anarquistas, havia unanimidade em relação a certas questões: a abolição do Estado, a recusa da tática eleitoral e parlamentar, a oposição ao partido centralizador. Para todos os teóricos anarquistas, a anarquia era um estado social onde fora abolida toda a forma de autoridade. Este critério distinguia anarquistas de socialistas. A essência da doutrina era a destruição da autoridade em suas diversas formas de manifestação.

⁴⁵ A classe operária é entendida aqui como o conjunto de trabalhadores manuais urbanos, do artesanato independente até o operário não qualificado, passando por lixeiros, pedreiros, vendedores ambulantes, entre outros.

É difícil precisar exatamente o grau de penetração das idéias ácratas no Brasil do início do século XX. Porém, as fontes demonstram que o Estado olhava com bastante receio suas ações e os efeitos de sua propaganda no meio operário. Os grupos anarquistas esforçavam-se por organizar-se, todavia a repressão do Estado e das classes dominantes era muito intensa. Diversos documentos revelam o temor das classes dominantes em relação aos operários e mostram que elas tinham a pretensão de livrarem-se dos problemas sociais, através da expulsão de alguns indivíduos, que julgavam ser os responsáveis pelos protestos operários. Independente das adversidades, os anarquistas pareciam confiar sempre no futuro em que alcançariam a anarquia.

A partir de 1900, a organização operária começou a assumir contornos mais definidos; formam-se as primeiras ligas operárias, de chapeleiros, alfaiates, tecelões e outros. Os movimentos operários aumentam; pertencem ao início do século XX as grandes greves na fábrica Santa Maria (vidreiros) e nas fábricas Anhaia e Penteado (tecelões) que abalaram a cidade de São Paulo e que foram os primeiros indícios do despertar operário, segundo os militantes ⁴⁶.

É no início do século XX que novos grupos anarquistas começam a constituir-se com a presença de italianos, brasileiros e outros. Inicia-se a edição de jornais em português e criam-se novos instrumentos de propaganda. A educação tornava-se um aspecto importante da atividade anarquista, com a organização de bibliotecas, centros de estudos e escolas. Um desses centros educativos, a *Escola Moderna* localizado em São Paulo, contou com a participação efetiva em seu corpo docente de Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Pilar Soares e Matilde Soares, nos anos de 1917 a 1920.

Segue abaixo alguns jornais que foram fundados neste período.

⁴⁶ DIAS, Evaristo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962. P. 96.



A Plebe, 1917. Fonte: (AEL, Fundo Edgard Leuenroth, J/0023).

No ano de 1917, Edgard Leuenroth fundou o periódico anarquista *A Plebe*. Este periódico sofreu várias intervenções policiais e por diversos períodos teve a sua circulação suspensa. Edgard Leuenroth encerrou definitivamente a publicação de *A Plebe* no ano de 1949.



A Lanterna, 1904. Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth.

Jornal anti-clerical que fora publicado de 1901 a 1904 e relançado posteriormente, por Benjamin Mota e Leuenroth. *A Lanterna*, órgão popular irreverente, dava destaque às denúncias de violências sexuais praticadas pelos padres. Junto ao jornal anarco-comunista *La Battaglia*, iniciou uma grande mobilização em São Paulo para ajudar a encontrar uma menina, chamada Idalina, desaparecida de um orfanato religioso no bairro do Ipiranga. Com a pergunta: Onde está Idalina? A campanha envolveu artigos nos jornais e comícios públicos, em que os padres do orfanato eram acusados de terem estuprado e assassinado a pequena Idalina⁴⁷.

⁴⁷ O Arquivo Edgard Leuenroth possui o jornal *A Lanterna* dos anos: 1901 a 1904; 1909 a 1916.



Folha do Braz, 1899. Fonte: (AEL, Fundo Edgard Leuenroth, J/0219.).

O segundo jornal de propriedade de Cruz e Leuenroth foi a *Folha do Brás*, periódico que se propunha a defender os direitos dos moradores daquele bairro. Segundo Leuenroth, a *Folha do Braz* era uma "metamorfose" de *O Boi* (extinto periódico que defendia os interesses do operariado).



Folha do Povo, 1908. Fonte: (AEL, Fundo Edgard Leuenroth, J/0014).

Edgard Leuenroth fundou e dirigiu, no ano de 1908, a *Folha do Povo*. Este jornal é mais um exemplo de que, apesar da falta de continuidade e do caráter efêmero de muitos desses periódicos, a imprensa operária fervilhava no início do século XX.

A imprensa registrava os eventos como festas, teatro. *O Amigo do Povo*, jornal em torno do qual gravitavam diversos grupos, descrevia também o funcionamento dos centros de estudo em que as Irmãs Soares vieram participar por volta de 1917:

*O Centro de Estudos Sociais Ensino Mútuo com sede na Rua Bento Pires, n. 19 de iniciativa do grupo editor de O Amigo do Povo, começou a funcionar regularmente no dia 22 do corrente, organizando o programa seguinte: lições – terças e quintas – às 7 da noite, domingo – às 3 da tarde; palestras de socialização aos sábados, 7 da noite; leitura nos dias restantes, às 7 da noite.*⁴⁸

Em *O Grito Operário* é publicada, em 1915, a notícia sobre as orientações e características de outro centro de conscientização e propaganda anarquista o Centro Feminino Jovens Idealistas cujas fundadoras foram as quatro Irmãs Soares:

Com o salão apinhado e sobre a presidência de Maria Angelina Soares realizou-se no dia 6 do corrente a anunciada reunião do Centro Feminino.

Antes de se iniciarem os trabalhos de organização, várias companheiras em vibrantes peças oratórias, apelaram a mulher despertar de sua indolência e vir tomar parte na grande luta de Emancipação Social.

Entre estas, as companheiras Penné e Maria Antônia Soares, que condenaram a organização social presente, dizendo que a mulher, é quem sofre o peso maior da sua inquietude, e apelam para que os elementos do seu sexo, tomem parte da grande luta social.

*Após fazerem uso da palavra, ditas companheiras resolvem sob maior entusiasmo dar por definitivamente constituído (em 1915) o Centro Feminino (...)*⁴⁹

Percebo, de acordo com o discurso trazido neste trecho citado acima, que o mote da criação do Centro Feminino Jovens Idealistas, apesar de se amparar nas idéias ácratas, é a condição de submissão e subserviência das mulheres na sociedade paulista do século XX. Existe um apelo para que todas as mulheres – e não há neste especificação de classe social – despertem e para a luta de Emancipação Social ou seria melhor Sexual?

A questão que coloco aqui é: se há unicidade nos objetivos revolucionários da classe trabalhadora, e se ela é composta por homens e mulheres, por que foi criado um Centro exclusivo para as mulheres manifestarem suas opiniões políticas, reivindicarem seus direitos? Por que não fizeram isso nos sindicatos junto aos seus companheiros operários? Observa-se

⁴⁸ Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo, *O Amigo do Povo*, 30/01/1904.

⁴⁹ Centro Feminino, *O Grito Operário*, 06/03/1915.

claramente neste exemplo que a disparidade sexual sobrepõe à que existe entre as classes sociais.

Sobre a constituição do público para o qual se voltava a imprensa operária pode-se dizer que constituíam uma pequena parcela da população que, no entanto crescia gradativamente. Em 1900, 92% dos operários industriais no Estado de São Paulo eram estrangeiros e 81% eram italianos.⁵⁰ A vasta maioria era composta de homens e mulheres vindos de áreas rurais.

No Brasil, pessoas de origens culturais as mais diversas compartilhavam uma experiência semelhante de exploração, péssimas condições de trabalho e moradia, discriminação e violência. Compartilharam a desilusão, o sofrimento, e algumas vezes a revolta. Viviam em um mesmo cenário, conviviam nos cortiços, nas fábricas, nos bondes. Começavam a surgir aqui, os bairros típicos das classes trabalhadoras, como afirmava um estudo sobre indústrias em São Paulo, em 1901.

*Nas proximidades das novas linhas de bondes ou das estações das Estradas de Ferro, ao longo das velhas e tortuosas estradas rurais (...) foram surgindo os novos bairros operários. Os primeiros pelos lados do Brás, Mooca, Lapa, Santana, via trezinho da Cantareira, Barra Funda, para lá dos bairros ricos, Campos Elíseos e Higienópolis. Enquanto isso bairros velhos como o Bexiga, Bela Vista, A Liberdade, ganharam cortiços sobre cortiços (...)*⁵¹

⁵⁰ PINHEIRO, P. S. “O proletariado industrial na primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, Tomo III, Vol. III, 1981, p. 139.

⁵¹ LEMOS C.A.C. in: CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil – 1877e 1914*. São Paulo, Difel, 1979, P. 37.



Bairro do Brás, São Paulo, 1913 Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth.

A imagem acima mostra um panorama do Brás, um dos bairros operários que surgiram na cidade de São Paulo, início do século XX, devido ao início do processo de industrialização desta cidade. Este bairro viu crescer e multiplicar em poucos anos cortiços e habitações extremamente precárias onde viviam os operários, em especial, os que trabalhavam na fábrica Matarazzo, localizada neste mesmo bairro.



Fábrica Matarazzo, Bairro do Brás, 1920. Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth.

A fotografia traz uma outra vista do bairro do Brás em 1920, destacando a Fábrica Matarazzo ao fundo da cena. Pude observar, na imagem, o quando já era visível o elevado grau de poluição causado pelas fumaça saída das chaminés das fábricas. Tal fato corroborava para que o ambiente de trabalho do operário fabril tornar-se cada vez mais insalubre.

As informações disponíveis deixam claro que poucos operários adultos conseguiam ganhar o suficiente para suprir as necessidades básicas da família. Os custos alimentares consumiam grande parte do salário de uma família operária. As condições de trabalho eram péssimas. Artigos na imprensa operária freqüentemente associavam a fábrica à cadeia; horas de trabalho duro, violências e arbitrariedades de patrões, perigo de acidentes, má-remuneração.

Esses trabalhadores lutavam dentro de um campo de possibilidade, delimitado por aquelas condições específicas de exploração e controle social. Porém, a classe operária teve um papel fundamental nos rumos dos acontecimentos na Primeira República chegando a entrar na plataforma da campanha presidencial de Rui Barbosa em 1919. É nesse contexto que se desenvolve, em São Paulo, a atuação dos anarquistas, que tiveram, sem dúvida, influência sobre o comportamento político dos trabalhadores.

O movimento anarquista acreditava na possibilidade de identidade entre os homens, unidos em prol da construção de uma sociedade mais justa. Todavia, admitiam que, na luta por eles traçada, encontravam adesão apenas nas massas operárias, pois eram elas que sofriam as conseqüências das injustiças.

Desta forma, no início do século XX, grande parte dos anarquistas vai endereçar seus discursos às classes trabalhadoras, procurando convence-las que a única solução para que saíssem do estado de exploração em que se encontravam era através da via revolucionária. Buscando valorizar o trabalhador, em alguns momentos os anarquistas articularam os seus discursos em torno da defesa do trabalho, tentando criar uma identidade entre os trabalhadores, procurando não diferenciá-los do resto das massas de despossuídos mais sim, dos “parasitas burgueses”.

A atenção dos anarquistas com os “desqualificados” já era antiga. Enquanto o marxismo mostra aversão ao lumpemproletariado e aos camponeses, os anarquistas, por sua vez, não acreditam nessa divisão dicotômica em duas classes homogêneas – burguesia e proletariado – apostando em todos os trabalhadores explorados pelo capital. Eles não

concediam um papel específico ao proletariado industrial. Todos os pobres e explorados eram considerados revolucionários em potencial.

Relatórios policiais indicam que os grupos anarquistas eram constituídos em sua maioria por trabalhadores. Estes tinham suas sedes nos bairros pobres das cidades. O alcance social do anarquismo no Brasil é difícil de ser precisado. Em 1909, um relatório policial falava sobre grupos anarquistas em São Paulo, nos quais se encontravam vários militantes que participando de grupos que giravam em torno do jornal *O Amigo do Povo*:

Grupo da Bataglia (...) Compõem-no numerosos tipógrafos, metalúrgicos e algumas mulheres. Formam o grupo mais intelectual (...) Ristiori, Cerchiai, Damiani, e outros para fins de propaganda e para agarrar fundos para o jornal e para subscrições de solidariedade.

Grupo chamado Ponte Grande. Compõem-se de uma vintena de italianos, de misera condição, quase todos lixeiros, sapateiros, areeiros e outros ofícios baixos.

Grupo Aurora, com uns quarenta aderentes e contribuintes voluntários. Reúne-se aqui e ali, sem sede própria, nos bairros baixos da cidade⁵².

Esse relatório revela que os grupos anarquistas eram constituídos, em sua maioria por grupos de trabalhadores. Na Europa, há setores anarquistas que voltam seus esforços de propaganda ao lumpemproletariado. Não há razões para que isso não ocorresse também no Brasil. Além disso, como esses tinham suas sedes nos bairros pobres da cidade de São Paulo, é possível que não houvesse um rígido controle de seus frequentadores.

De forma geral, os anarquistas dão ênfase à respeitabilidade operária. Observem, por exemplo, essa carta que José Oiticica escreve em 1909 a um chefe de polícia.

Desafio a que me aponte V. Excia, ou quem quer que seja, um assassino entre os anarquistas do Brasil, um ladrão, um incendiário, um desordeiro, um adulator, um vagabundo...Desafio porque tenho a certeza e os fatos o tem provado, de que se algum trabalhador, tido por anarquista cair na malandragem ou se apegar à bajulação eleitoral será arredado dos meios libertários (...)⁵³

É interessante observar que o anarquismo tinha um caráter de quase conversão “religiosa”: não era apenas um conjunto de idéias políticas, o anarquismo era uma forma de vida.

⁵² TOLEDO, Edilene Terezinha. “Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo dos primeiros anos deste século.” In: **Cadernos A.E.L.** nº. 8/9, 1998, p. 99.

⁵³ PRADO, Antônio Armoni. “O cenário para um retrato: Ricardo Gonçalves” In: PRADO, A. A. (org) **Libertários no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Em 1902, um destes grupos anarquista de São Paulo resolveu fundar o jornal *O Amigo do Povo*: Neno Vasco, Benjamim Mota, Oresti Ristori, Gigi Damiani, entre outros colaboradores. Pequenas referências – e novamente trazidas como pano de fundo da experiência libertária masculina – permitem vislumbrar a participação de mulheres no movimento anarquista: Maria de Oliveira, Matilde Magrassi, Elisabetta Valentini, Sorelina Giordano.

Diversos grupos articularam em torno do novo jornal, unindo os empenhos de propaganda em um esforço coletivo. O jornal, escrito em português, era uma tentativa de criar uma identidade e atenuar as diferenças. Dispondo a despertar nos trabalhadores as energias morais que lhes dariam o controle de seu destino, eles propunham uma sociedade que, além da destruição do estado e da burguesia, supunha a produção de uma outra humanidade: acreditava-se que o caminho da transformação da sociedade era a transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Propunha uma nova identidade, uma nova maneira de viver, atacando os valores da sociedade capitalista.

Ao criar esse jornal, os anarquistas seguiam os passos de militantes de outros países, mas também visavam criar uma experiência de informação alternativa em meio à Grande Imprensa – imprensa que defendia os interesses das elites – e, explicitamente em oposição a ela. Os anarquistas atribuíam à educação a função de tornar possível o acesso a uma consciência revolucionária. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa era o principal meio de expressão das idéias, pois era o único veículo que alcançava um grande público no início do século XX.

Abordavam as idéias centrais da tradição anarquista, mas certamente através de questões que eram centrais para o contexto brasileiro daquele momento: A questão dos partidos, as leis, a república, o patriotismo, a polícia, a imigração são temas recorrentes nos artigos produzidos pelos militantes do século masculino – estão em geral relacionados a temas políticos, jurídicos, administrativos, sociais, diplomáticos e conceituação teórica da doutrina anarquista.

Por outro lado, os artigos produzidos por militantes do sexo feminino no jornal *O Amigo do Povo*, durante a primeira década do século XX, tratavam, em sua grande maioria de assuntos ligados aos sexos. Os temas encontrados eram: O voto feminino, o apelo à aceitação da participação feminina nos sindicatos, a recusa da obrigatoriedade da maternidade feminina, o apelo à legalização do divórcio. Percebe-se, claramente, que existe uma grande distinção entre os temas tratados pelos homens – direcionados à luta de classe e à proposta

revolucionária anarquista – e o das mulheres – voltados para o projeto de emancipação da mulher.

O Amigo do Povo foi o primeiro jornal anarquista de São Paulo em língua portuguesa a ter uma regularidade em sua publicação. Durante seu três anos de existência – 1902, 1903 e 1904 – o grupo conseguiu criar 63 números do jornal. A frequência variou entre uma semana e quinze dias e o número de páginas entre três e quatro. Isso variava com a quantidade de recursos definíveis. Situava-se a Rua Bento Pires, n. 35.⁵⁴ O jornal não tinha preço fixo e muitas vezes a sua distribuição foi gratuita no meio operário. E a partir de 1903 passa a ser vendido nas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar das condições econômicas precárias do jornal, camaradas e simpatizantes conseguiram mantê-lo por anos, através da subscrição voluntária: exercitaram a solidariedade tão desejada.

Gigi Damiani, um dos colaboradores do jornal *O Amigo do Povo*, chegou ao Brasil em 1897 aos 21 anos. Neno Vasco também era um dos militantes que estavam à frente do jornal. Era um advogado português, que chegara a São Paulo por volta de 1900. Logo tomou contato com os outros anarquistas, difundindo a idéia do grupo de propaganda. De 1901 a 1911, quando retorna a Portugal, Neno teve um papel importante no movimento anarquista brasileiro.

Junto a ele estava Benjamin Mota, que após dirigir *A Lanterna* em 1901, passara de livre pensador a anarquista, a mesma trajetória que seguira Edgard Leuenroth pouco depois. Mota também era advogada e defendeu muitos militantes ameaçados de expulsão do país, e escreveu um dos primeiros livros de autor brasileiro sob anarquismo: *Rebeldias*.⁵⁵ Oreste Ristori, italiano, vindo do Uruguai, depois de ter morado também na Argentina, colaborou também com *O Amigo do Povo*, antes de fundar o jornal *La Battaglia*.

A base da vida política do anarquismo no Brasil, neste período, era a cooperação voluntária entre os pequenos grupos que se organizavam em torno dos jornais ácratas. Os grupos eram as células organizativas do movimento anarquista tradicional.

Muitas vezes, a ação da propaganda na imprensa limitava-se a publicações anti-eleitorais, anti-militares, anti-clericais e anti-burguesas e a apoiar campanhas a favor dos presos. A tarefa essencial do militante era discutir o anarquismo com os outros anarquistas e falar ou escrever em jornais, comícios, campanhas, conferências. Acredito que esses discursos sensibilizavam muitos trabalhadores uma vez que descreviam a exploração a que estavam submetidos nas fábricas paulistas e apostavam uma solução.

⁵⁴ TOLEDO, Edilene Terezinha. Op. cit., p. 102.

⁵⁵ MOTA, Benjamim. *Rebeldias*, São Paulo, Tipografia Brasil, 1898.

Um dos grandes desafios de um jornal anarquista do início do século XX era de se transformar em semanário, de forma que pudesse tornar mais produtiva a propaganda, estando mais presente e podendo discutir acontecimentos recentes.

Apesar de objetivos comuns, os anarquistas divergiam muito sobre as estratégias, os caminhos a percorrer: eram questões sob as quais parece não ter havido consenso durante toda a história do movimento; atuar ou não junto aos sindicatos e como fazê-lo; se a educação e a propaganda por si só poderiam modificar a sociedade; o emprego ou não da violência. É claro que observando as experiências do passado, os anarquistas concluíam que as insurreições não poderiam ter êxito, uma vez que grandes forças eram sempre mobilizadas para a repressão aos movimentos. É nesse contexto que a greve geral revolucionária surge como uma nova tática.

Os anarquistas brasileiros acompanhavam os grandes debates que se travavam na Europa em torno da questão do sindicalismo.⁵⁶ Textos esclarecendo de forma simples e didática sobre o significado e a importância do sindicalismo começaram a ser publicados nos jornais anarquistas. Os relatórios de muitos destes jornais traziam também para as suas páginas notícias sobre as greves que ocorriam no estado de São Paulo e também no resto do país. Apenas em 1907 que o confronto entre sindicalista e anarco-comunistas no Congresso de Amsterdã divide claramente as lutas.

Muitas vezes, o ingresso dos anarquistas nas sociedades de resistência e seu esforço em presidi-las, tinha uma justificativa do ponto de vista libertário puramente tática: deter os avanços socialistas ou de outras tendências. Falaram de greve geral em termos similares aos dos sindicalistas revolucionário, mas continuavam agindo segundo as pautas anarco-comunistas.

Enfim, se para alguns o sindicato era apenas um espaço apropriado para a propaganda anarquista, para outro ele constituía a base sobre a qual se erguia a nova sociedade.

Em meio a grandes debates, o jornal *O amigo do Povo* estampava em suas páginas muitas notícias sobre as greves no Brasil.⁵⁷ Entretanto, também no Brasil alguns grupos

⁵⁶ A influência do sindicalismo revolucionário e da idéia de greve geral revolucionária pode ser observada também quando, em 1905, muitos anarquistas de São Paulo se reagrupam em torno de um novo jornal, *A Terra Livre*, onde a defesa da participação dos anarquistas nos sindicatos e ainda mais acentuada.

⁵⁷ No Brasil, no início do século XX, houve movimentos sindicais anarquistas, estes esforçavam-se em evitar que o sindicato se tornasse “autoritário e reformista”. Outros sindicatos eram claramente inspirados pelo sindicalismo

anarquistas permaneceram hostis ao movimento sindical. Esses grupos em São Paulo ligados, sobretudo, ao jornal *La Battaglia*,⁵⁸ procuravam convencer os trabalhadores de que qualquer reforma social seria um desvio de energia. Assim, afirmavam aos operários que não havia pior inimigo que o reformismo.

Os estudos dos grupos anarquistas na São Paulo do referido período permite perceber a grande complexidade que envolviam as opções de atuação dos militantes. Ainda que se tenha tratado das origens do movimento no Brasil foi possível apontar em direção a questões mais gerais: para os anarquistas, a educação era a garantia de emancipação dos trabalhadores. Todavia, qual era o perfil deste trabalhador a ser educado, ou melhor, havia um perfil para esse trabalhador? Quem era esse sujeito, ou quais eram esses sujeitos? Havia distinção entre eles – explícita ou implícita nos discursos?

Na verdade, toda a esquerda – anarco-comunistas, sindicalistas revolucionários, socialistas – nesse período acreditava na luta da razão contra ignorância e a superstição, na luta do progresso contra passado, na ciência e na educação. Esses discursos embasados no poder da racionalidade humana também circularam ambientes anarquistas do início do século XX. É o convencimento embasado na razão.

Os anarco-comunistas, porém, insistiram que somente a transformação moral e cultural dos homens poderiam levar a transformação da sociedade. É devido a grande penetração desta vertente anarquista no movimento operário paulista dos primeiros anos do século XX, que as mais diferentes atividades realizadas tinham como objetivo a instrução e a difusão da idéia anarquista entre os trabalhadores, preparando-os para a sociedade futura.

Outra discussão pertinente à imprensa operária dos primeiros anos do século XX é a desenvolvida por Luigi Biondi em seu artigo, *Anarquistas Italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e sua visão de sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos*. Neste, o autor analisa a constituição de um jornal anarquista – *La Bataglia* – bem como as idéias e interesses dos agentes envolvidos em sua produção.

revolucionário. Porém a grande maioria deles – reformistas e libertários – apresentavam-se resistentes, segundo artigos publicados em periódicos anarquistas por militantes do sexo feminino, à presença de mulheres em seu interior.

⁵⁸ TOLEDO, Edilene Terezinha. Op. cit., p. 113.

Este periódico libertário era escrito em língua italiana. Foi publicado em São Paulo pelo anarquista toscano Oreste Ristori (1874-1943), em junho de 1904. Ristori chegou em São Paulo – onde a comunidade de anarquistas de origem italiana era bem ampla – em 1904 uniu-se a outros militantes anarquistas – Alessandro Cerchiai e Ângelo Bandoni – formando o grupo redator do jornal.

Outro trabalho importante desenvolvido no jornal *La Battaglia* é o de Gigi Damiani que inicialmente, mandou seus artigos do Paraná, e, a partir do início de 1909, estaria na redação, em São Paulo, até substituir Ristori na direção em 1912. A importância deste semanário de quatro páginas – em geral o formato dos jornais anarquistas não excedia quatro páginas – reside primeiro, no fato de ele ter sido publicado todas as semanas durante nove anos, até agosto de 1913, embora tivesse mudado de nome em setembro de 1912, para *La Barricata*⁵⁹. Esse sucesso está demonstrado na tiragem que já chegou, cerca de 5.000 cópia por semana, segundo Biondi. E foi favorecido por ser um jornal anarquista que funcionava também como espaço de discussão entre todas as tendências libertárias presentes em São Paulo, e com os grupos socialistas e de sindicalistas italianos. Embora com uma posição oficial anti-organizacionista, isto é, contra as greves parciais e gerais o *La Battaglia* sempre ficou em primeira linha durante as greves de São Paulo, dando abrigo aos líderes sindicais nos momentos de desarticulação das ligas de resistência.

A estratégia de propaganda do jornal concentrou-se, sobretudo, nas críticas às duras condições de vida e de trabalho das classes populares italianas no estado de São Paulo, seja no campo seja na cidade. Em particular, concentrou-se em uma campanha contra a imigração para o Brasil, alertando os camponeses que a vinda às fazendas de café só teriam aumentado o número da mão de obra e, por conseguinte, teria causado a queda do poder de barganha na contratação de todos os trabalhadores, tanto nas fazendas como nas cidades para onde acabavam se dirigindo os colonos que fugiam da lavoura.

Em torno deste grupo editor havia, na cidade de São Paulo, vários outros grupos anarquistas de apoio ao jornal: ademais, as inúmeras viagens de propaganda feitas por Ristori para o interior do estado fizeram com que uma parte relevante dos que apoiavam o jornal pertencente às camadas de artesão e operários italianos, presentes em todos os centros urbanos paulistas.

⁵⁹BIONDI, Luigi. *Anarquistas Italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e sua visão de sociedade Brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos*. In: **Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas**. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998. p. 118.

Entre todas as questões, reivindicações concepções e visões de mundo aparecem no jornal *La Battaglia* uma especificamente me chamou atenção: a percepção que o grupo anarquista tinha da sociedade brasileira – patriarcal, conservadora e machista – do primeiro quartel do século XX.

89

L'ILLUSTRAZIONE COLONIALE

LA EMIGRAZIONE ITALIANA AL BRASILE E IL GOVERNO ITALIANO

PONTE NOVA (Minas), Agosto 1919.



LA FERROVIA SANTOS - SAN PAOLO.

Una delle più potenti manifestazioni delle energie dell'italiano all'estero è, senza dubbio, la poderosa colonia fiorente nella Grande Repubblica Sud Americana. Costituitasi attraverso molte peripezie, a numerosi errori del nostro Governo ed a crisi finanziarie, in meno di cinquanta anni ha raggiunto la rispettabile cifra di due milioni di coloni, e rappresenta un elemento notevole nella vita di questa giovane nazione, che conta appena trenta milioni di abitanti, distribuiti inegualmente sopra una superficie di nove milioni di chilometri quadrati.

Fino a pochi anni addietro questo nucleo di ita-

liani, che molto contribuisce alla grandezza e ricchezza d'Italia, era completamente trascurato dal Governo nostro, che ne ignorava il merito e la forza, perchè sempre mandò laggiù pessimi Commissari e pessimi diplomatici.

Miglior servizio ci fece il Governo del Brasile quando, invitati dal geniale Ministro degli Esteri, Barone di Rio Branco, qui vennero numerosi italiani illustri a tenere cicli di conferenze e di discorsi. Questi, videro, è vero, il Brasile a volo di uccello, soltanto nelle Capitali; ma la loro venuta valse a qualche cosa, perchè fece conoscere al «grosso» del popolo brasi-



UNA «FAZENDA» NELLO STATO DI MINAS GERAES.

L' Illustrazione Coloniale, Milani, Itália, set. 1919. Capa de Revista. Fonte: A.E. L., Coleção Imigração Italiana, pasta 30.

A cena da casa grande na fazenda escravocrata que aparece na revista italiana da *L' Illustrazione Coloniale*, publicada no Brasil, caracteriza bem o imaginário do imigrante italiano militante anarquista em relação a esse país. Um lugar arcaico enterrado no atraso escravocrata. Esta imagem do Brasil é a mesma que aparece no periódico italiano *La Battaglia*.

Como exemplo do juízo e da visão global sobre o Brasil enquanto um país ancorado à sua história passada e dominado por uma espécie de autocracia que o impede de um ulterior desenvolvimento no caminho do progresso, não somente social (como era na tradição do pensamento socialista e anarquista) mais também econômico e cultural, cito o artigo de 1912, quando a experiência do *La Battaglia* está terminando na mas completa resignação.

*Estamos em um país sem passado, sem tradições, com uma história recente e vulgar, um país conquistado por brigantes poucos séculos atrás (...) terra, esta, de imigrantes hoje, de aventureiros no passado. As classes são dos nossos dias. Ontem só existiam patrões e servos. Os plantadores de café, e o negro roubado da África. O branco, o mulato, o liberto, aquele que não era nem patrão nem servo, criava não a classe média, mas uma espécie de apêndice àquela patronal, paria os soldados e os homens de lei (...) A organização política genuinamente nacional é o caciquismo. Duzentas famílias são o Estado; vinte oligarquias, a federação dos estados. Um poder central independente daqueles é impossível. Se varia é segundo a prevalência dos interesses. No fundo o Civilismo é a regimentação dos fazendeiros: atrás do Hermismo estão industriais, os escribas e os soldados. A monarquia desabou por ter dado a liberdade aos escravos negros. A república caíra se se obstina a não querer reestabelecer o regime do chicote para os escravos brancos. As incidências dos plantadores do estado de São Paulo ao governo da União, para obter uma lei forca, são a documentação do que afirmamos. O estado de São Paulo, tradicionalmente clerical e escravista, pode tolerar uma república que consente a ela de seguir suas tradições (...) Não faltam brasileiros que vêem clara a situação. O que falta é a vontade reagir e agir. Estamos no país da indolência ...o brasileiro aborígine é objeto de museu...é a fera que se esconde na floresta. Fera, entretanto, o que fizeram os conquistadores e os jesuítas. O brasileiro de aclimação é um bastado da civilização do além mar . Filho de holandeses, de portugueses, e de africanos (...) Grande parte do elemento imigratório destinado a fusão (...) é um resto de miséria, de cansaço, de ruína. O clima completa a obra, e nos dá o perfeito tipo nacional que desdenha o trabalho e despreza o trabalhador. E como trabalhador é sempre estrangeiro, réu de dois delitos, ele merecerá duplo desprezo...*⁶⁰

⁶⁰ “Os gordos e os magros”, *La Barricata*, n. 381, 18.12.1912.

Neste artigo é sintetizada a idéia que os anarquistas italianos, reunidos em torno do jornal *La Battaglia*, fazem do Brasil. Eles apontam um ranço cultural – colonial escravocrata – como a origem do arcadismo brasileiro e vão tecendo todas as conseqüências dessa origem histórica do país – os governos tiranos, o desrespeito aos trabalhadores, a inferioridade da raça mestiça que aqui se formou. O ideário etnocêntrico e eurocêntrico “gritam” neste documento.

Mais uma vez, o silêncio com relação a um específico sujeito histórico me chama a atenção. No documento citado acima, são lembrados, os trabalhadores, as elites, os negros, os índios. Onde estão as mulheres? Elas não fizeram parte da formação deste país? Elas não sofreram, enquanto trabalhadoras, com o processo de exploração e dominação do capital? Elas não são produtoras de bens de riqueza? Elas também não fazem parte das elites dominantes?

A maioria dos documentos produzidos por homens, mesmo na imprensa operária de cunho libertário, no início do século XX trata a mulher como um sujeito apático na cena histórica. A luta que interessa aos militantes do sexo masculino é a luta de classe. Porém, a luta travada pelas mulheres militantes será pela igualdade sexual. Mesmo antes da descrença na luta de classes culminada na experiência fracassada do “Real Socialismo”, para as mulheres militantes anarquistas, a luta pela emancipação feminina perante o homem, sobressai, já neste momento, à da emancipação do Capital. O exemplo da experiência de militância das irmãs Soares deixa essa questão bastante clara e evidenciada.

TERCEIRO CAPÍTULO:

A trajetória de vida das Irmãs Soares.



Coleção História da Industrialização, 1917, foto 114 Fonte: A.E. L.

Esta foto chama atenção, pois o foco da imagem é uma mulher que sobressai na cena. A impressão é que ela está discursando, as mãos foram “clicadas” num instante em que estavam se movendo e os homens ao redor estão todos posicionados em sua direção como se estivessem prestando atenção no que ele estava lhes dizendo. Esta é, sem dúvida, um dos raros registros da atuação efetiva das mulheres no movimento operário brasileiro do início do século XX.

A partir das análises e discussões contidas na historiografia proponho agora me ater a alguns dos resultados obtidos através do contato com as fontes primárias de minha pesquisa. Traço a seguir um panorama da vida das quatro irmãs – Maria Angelina Soares, Maria Antonia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares – que vivenciaram a realidade da mulher operária militante do início do século XX.

As fontes que utilizei estão disponíveis no arquivo pessoal da professora doutora Jacy Alves de Seixas, no site e próprio Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp, na Fundação Arquivo e Memória de Santos e Sociedade Humanitária de Comércio de Santos. A partir do rastreamento desses dados foi possível montar uma breve trajetória das personagens escolhidas. A seguir, apresento a contribuição que as quatro irmãs militantes anarquistas – Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Pilar Soares e Matilde Soares – deram ao movimento operário brasileiro do primeiro quartel do século XX.

As quatro irmãs eram filhas do segundo casamento de José Soares – pai de Florentino de Carvalho. Soares casa-se com a militante espanhola Paula Soares por volta de 1880, e com ela têm quatro filhas que são meias-irmãs de Primitivo Raimundo Soares cujo pseudônimo era Florentino de Carvalho, que se consagrou como um dos maiores militantes anarquistas do início do século XX. Não é por acaso que as quatro irmãs entraram para o movimento libertário, houve grande influência do irmão mais velho. As quatro irmãs contribuíram com o movimento anarquista e também de emancipação feminina através da imprensa, do teatro, da música e do ensino nas escolas anarquista para a divulgação das idéias ácratas e conscientização do proletariado.

Maria Angelina Soares nasceu em São Paulo no dia três de maio de 1901. Em 1910 foi com sua família – incluindo os pais, o irmão Florentino e as três irmãs mais novas – para Santos vivendo ali até 1914. Foi secretária da liga operária da Moóca em São Paulo no ano de 1915, e ajudou a fundar *Centro Feminino Jovens Idealistas*⁶¹ no mesmo ano. Abaixo segue as bases do acordo traçado pelo grupo para a criação deste centro:

Considerando que a emancipação da mulher constitui uma necessidade para a liberdade dos povos se que essa emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica e pela luta consciente, em prol dos seus direitos e reivindicações este centro propõem:
1º - Reunir em seu seio o maior número possível de pessoas do sexo feminino.
2º - Manter as mais estreitas e amistosas relações com todas as pessoas que tenham aspirações de liberdade e com as Instituições cujos fins tendam a emancipação da humanidade

⁶¹SOARES, Maria Angelina. “Centro Feminino”. *O Grito Operário*, 06/03/1915.

3º - Trabalhar no sentido de instrui e educar as mulheres, para, assim elevar-lhes o caráter e torna-las aptas a conquistar sua emancipação para este fim empregará os seguintes meios:

a) Criar escolas gratuitas para jovens meninas que desejam instruir-se.

b) Fundar bibliotecas, editar publicações de propaganda de educação e regeneração social.

c) Organizar conferências, festivais, instrutivos e recreativos, etc.

4º - Combater todos dos males sociais, assim como as causas que os originam, a aderir a todas as iniciativas que tiverem esse fim ⁶².

Percebi que a grande maioria dos textos que tratam da emancipação da mulher no período observado – Primeiro quartel do século XX – tendem dar a essa questão um caráter universalista, ela é “necessária para a libertação dos povos”. Esses termos universais talvez sejam colocados para elevar o grau de seriedade e legitimação da luta travada por essas mulheres.

No texto, a emancipação da mulher é colocada como uma espécie de pré-requisito para que os povos alcancem a liberdade. Assim, pode-se concluir que, para estas militantes, fundadoras do Centro Feminino, a primeira emancipação que deveria ocorrer, antes mesmo da social, é a feminina, pois, aquela seria pré-requisito para a última.

No momento em que o movimento de emancipação da mulher está em fase incipiente há grande dificuldade de aceitação da militância feminina nos próprios espaços de luta do operariado. Muitas vezes, a mulher não foi sequer aceita dentro dos sindicatos de trabalhadores. Este dado mostra o quanto o discurso machista se fazia presente e recorrente entre as mais diferentes classes sociais durante o período da Primeira República no Brasil.

Nos artigos publicados pelas Irmãs Soares ao longo de suas vidas como ativistas, pude perceber que o projeto geral anarquista coloca-se como pano de fundo das temáticas discutidas e o que emerge em seus discursos e textos são questões ligadas ao gênero feminino. É justamente a situação de subserviência dupla – ao homem e ao capital – em que se encontra a mulher deste período que impulsionará essas quatro jovens irmãs a adentrarem no movimento anarquista do início do século XX no Brasil.

Maria Angelina, Maria Antônia, Matilde e Pilar entraram para o movimento anarquista na cidade de Santos em 1914, transferindo-se para São Paulo no mesmo ano com o intuito de ajudarem o irmão, Primitivo Raymundo Soares, cujo codinome era Florentino de Carvalho, na produção e edição do jornal *La Barricata – Germinal* que contava com uma versão em italiano e outra em português, para melhor atender a híbrida classe operária brasileira daquele

⁶²SOARES, Maria Angelina. “Centro Feminino Jovens Idealistas”. *O Grito Operário*, 13/03/1915.

momento histórico, constituída por diversas nacionalidades. Escreveram artigos, ministraram palestras, trabalharam no teatro anarquista em São Paulo e no Rio de Janeiro. Fundaram e dirigiram grupos de cultura social enquanto exerciam magistério particular em escolas anarquistas. As quatro militaram, discursaram e foram presas por suas idéias ácratas em 1917.

Em 1915, Maria Angelina, a mais velha das quatro irmãs – e talvez por isso o seu legado em artigos na imprensa seja maior – estreou na imprensa anarquista escrevendo o artigo “*Assuntos femininos*” no jornal *A Plebe*, dirigido por Edgar Leuenroth, posicionando-se contra a Primeira Guerra Mundial.

Posteriormente, colaborou nas seguintes revistas e jornais: *A voz da União*, revista dirigido por Souza Passos, na *Voz dos Garçons*, dirigida por Nicolau Parada – militante anarquista morto mais tarde no Campo de Concentração do Oiapoque – na revista *Prometheu*, dirigida por seu sobrinho Ausêncio Palácios, no jornal *O Libertário*, publicado sob responsabilidade de Pedro Catalo na década de vinte e no jornal *A Plebe*.

O artigo “O Voto feminino”, publicado em janeiro de 1920, no jornal *O Grito Operário*, exemplifica a forma com que essa militante escrevia e sua preocupação com a condição da mulher na sociedade capitalista e dentro do movimento opositor a esta, o anarquismo:

Fala-se muito, nestes tempos em reivindicar para mulher o direito de voto. Corações femininos palpitam de entusiasmo e esperança ante a perspectiva de tal conquista, na ilusão de nela encontrarem a felicidade por que há muito suspiram. Os feministas de ambos os sexos se agitam reclamando-a com veemência e governos “paternais”, que têm inteligência suficiente pra ver longe, considerando-a, espontaneamente, com o intuito de recuperarem no elemento feminino apoio que lhe vai faltando de parte do elemento masculino, e a mulher, sem perceber o jogo, fica com isso, elevada e satisfeita ⁶³.

Este texto traduz a preocupação de Maria Angelina Soares, assim como de tantas outras militantes femininas anarquistas, sobre a possibilidade do movimento de emancipação feminina se reduzir à esfera da representatividade, através da extensão do voto às mulheres. É neste ponto que as mulheres anarquistas se diferenciaram do projeto “feminista burguês” do início do século, ou seja, as primeiras propunham estender a liberdade das mulheres ao caráter de emancipação social – acabando com toda e qualquer tipo de autoridade – já as segundas, reduziam a igualdade sexual ao sufrágio universal para as mulheres.

⁶³ SOARES, Maria Angelina. “Voto feminino”. In: *O Grito Operário*. São Paulo. 17/01/1920. Ano1. p. 2

As militantes anseiam por total liberdade em todas as esferas da vida social, daí a afinidade do projeto de emancipação da mulher proposto por essas ativistas com o movimento libertário que prega o fim de toda e qualquer forma de autoridade. As Irmãs Soares foram peça chave no processo de conscientização das mulheres operárias no que se refere ao anarquismo como a via que possibilitaria a liberdade feminina de toda e qualquer tipo de exploração.

Ainda em São Paulo, ajudaram a fundar, em 1915, e a dirigir por algum tempo o *Centro Feminino de Educação*. Participaram de grupos de teatro social trabalhando nas peças, *Em Guerra*, *Idílio Japonês*, *O pecado da simonia*, *Primeiro de maio* e *Amanhã*. Estes espetáculos, segundo Angelina, tinham três objetivos: propagar o anarquismo, auxiliar jornais como *A Plebe* e *A lanterna* e prestar solidariedade econômica a desempregados doentes e/ou presos.

Angelina Soares colaborou com a imprensa libertária escrevendo um belíssimo artigo em *A Voz da União* com o título, *Em nós o oriente social*. Neste artigo, Angelina explicita e defende as idéias, os princípios e os métodos anarquistas, pregando a união universalista de todos os trabalhadores independente de sexo, região de origem. Acredita e divulga aqui que todos os trabalhadores sofrem igualmente dominação, exploração e arbitrariedades injustas e, é contra a opressão do capital que devem se unir e lutar⁶⁴.

Em de 1917, na cidade de São Paulo, Maria Angelina começa a escrever em uma coluna no Jornal *A Plebe*, cujo título era *Assuntos Femininos*. Contudo, os assuntos discutidos por ela nessa coluna tinham direcionamento claro: a conscientização e o apelo às mulheres para que se engajassem no movimento operário.

No artigo *A formosura da mulher*, publicado no jornal *A Plebe* em quatro de abril de 1918, Maria Angelina denuncia a miséria e a fome que assolava a cidade de São Paulo. Ela exemplifica a situação do proletariado feminino paulista narrando o cotidiano de uma mulher operária que não consegue amamentar seu filho por estar sofrendo de subnutrição crônica.

Mal alimentada, essa mulher leva a vida às duras penas, não tendo leite para amamentar seu filho, mesmo havendo no mundo tantos recursos pra salvá-lo. E quando pensamos que esses recursos são desperdiçados em banalidades por outras mães, não é somente a revolta contra as injustiças de uma má organização social o que sentimos, tal fato é criminoso.

⁶⁴ SOARES, Maria Angelina. “Em nós o oriente social”. In: *A Voz da União*. São Paulo. 23/06/01919. Ano1, p. 4.

*A segunda observação que nos sugere o lamentável fato relatado, mostrando-nos a que ponto foi subjugada a alma feminina, é um outro espelho em que se reflete fielmente os negros frutos dessa sociedade*⁶⁵.

Maria Angelina relata, em seu texto, que essa mãe perde o filho devido às péssimas condições de sobrevivência da família. A intenção da autora foi denunciar as desigualdades e as injustiças sociais levadas assim, segundo ela, à esfera do crime, pois nesse exemplo a vida e uma criança fora sacrificada pela má distribuição de renda e da exploração capitalista.

A autora deixa claro, em seu texto, que a culpa das grandes mazelas sociais estaria na forma com que a sociedade se estruturou e se organizou, ou seja, através da constituição de autoridades e posse de uns poucos em detrimento de muitos.

O título desse artigo de Angelina diz respeito à formosura da mulher. Nele, Angelina critica o discurso ideológico das elites em relação às mulheres, tidas aqui como um ser puro, dotado de virtudes devido a sua passividade. No discurso elitista, os sacrifícios feitos pelas mulheres em prol da família são dignos de mérito. Contudo, Angelina denuncia esse palavrório que marginaliza as mulheres e contribui para a manutenção do *status quo*.

Outro artigo publicado no mesmo jornal em 15 de julho de 1917, com o título *O que é preciso*, Maria Angelina tenta explicar que as agressões físicas e morais sofridas pelas mulheres têm origem na condição de inferioridade a que foi colocada. Para ela, a fonte desse “sofrer” encontra-se na sociedade – do início do século XX no Brasil – de forma desoladora.

Defensora da emancipação da mulher, Angelina acredita que a humanidade ganharia muito se a posição da mulher no meio político, cultural e social fosse modificada.

O remédio a empregar é elevar a mulher na escala social; emancipá-la da escravidão aqui tem sido condenada.

Não sei o que pensaram as minhas companheiras sobre isto. Por mim digo que não acredito que um sexo seja superior ao outro, e nem me importo muito com isso, mas estou convencidíssima que ambos os sexos foram colocados no mundo de forma a terem que compartilhar a existência em comum, que ambos têm o mesmo direito a felicidade.

*O respeito, o respeito entre nós, apesar das diferenças de sexos, é o que é preciso*⁶⁶.

O dilema colocado por ela é: como fazer isso? Como elevar a mulher para que seja reconhecido seu papel e seu mérito na produção de riquezas, nas lutas contra exploração do capital e dos próprios homens? Os textos de Maria Angelina são permeados dessas idéias que

⁶⁵ SOARES, Maria Angelina. “A formosura da mulher”. In: *A Plebe*. São Paulo. 4/4/1918.p.3. Ano. 1.

⁶⁶ SOARES, Maria Angelina. *O que é preciso*. In: *Idem*. São Paulo. 15/07/1917. p.3. Ano. 1.

apelam para que as mulheres organizem-se e “írem à luta” por seus direitos, por uma sociedade melhor. Para ela, é fundamental que independentemente de qualquer diferença o que é preciso que haja entre todas as pessoas é o respeito mútuo. Mais uma vez, apela para a igualdade sexual e para a unicidade entre homens e mulheres dentro do movimento operário só assim, segundo ela, os objetivos deste seriam alcançado.

As convocações para as reuniões no “*Centro Feminino Jovens Idealistas*” também ocorriam através da publicação de notas nos jornais anarquistas como *A Plebe* e *O Grito Operário*. Estas eram escritas por Angelina, Antonia, Matilde e Pilar. Por diversas vezes, pude perceber, nas notas do *Centro Feminino* publicadas nos jornais, um conteúdo de informações bem diversificados: bases de acordo do Centro, os fins, as orientações político ideológicas, sobre a administração, convocação das sócias para reuniões, artigos em prol dos militantes deportados e publicação de manifestos aos trabalhadores.

Em 1923, as “Irmãs Soares” mudam-se com sua família para o Rio de Janeiro, fixando residência na Rua Maria José, no bairro da Penha. No Rio, as quatro irmãs passaram a integrar o elenco do *Grupo Renovação Teatro e Música*, trabalhando nas peças teatrais; *Garota de Lisboa*, *Companhia dos Pobres*, *Lua Nova* e *Naquela Noite*.

Angelina Soares também desenvolveu o ofício de bordadeira nos anos que residiu no Rio de Janeiro. Ela morreu nesta cidade em 1985. A produção de sua biografia é para mim uma tentativa de trazer à memória aqueles que foram esquecidos pela historiografia tradicional. Para isso, vejo na biografia e no gênero, enquanto categorias de análises historiográficas, possibilidades para essa tarefa.

Maria Antônia Soares era brasileira, operária, anarquista. Nasceu em Santos em 1899. Tornou-se anarquista por influência de seu irmão, o já citado teórico e militante anarquista Florentino de Carvalho. Começou sua militância em sua cidade natal ganhando plenitude a partir de 1914 quando se mudou para o bairro do Brás, em São Paulo. Nesta cidade, foi professora da Escola Moderna, participou do movimento anarquista, discursou em praça pública e foi presa mais de uma vez por isso. Ajudou a fundar em 1915 o “Centro Feminino de Educação” e trabalhou no teatro, representando nos grupos de teatro anarquista.

Colaborou nos jornais *A Plebe*, *A Lanterna*, em jornais anarquistas dos Estados Unidos e em *Regeneración* - jornal mexicano. Pertenceu ao “Centro Juventude do Futuro”, entidade cultural que em São Paulo desenvolveu, especialmente entre 1915 e 1920, intensa atividade educacional libertária.

Em 1915, Maria Antônia Soares representou o “Centro Feminino Jovens Idealistas” de São Paulo, no “Congresso Internacional da Paz”, realizado no Rio de Janeiro. Participou da

comissão constituída para lutar contra exploração de crianças pelos patrões, por volta de março de 1917. Na edição do jornal *A Voz do Povo*, do dia 15 de abril de 1920, denunciou a sua prisão e de outras militantes do movimento anarquista.



Criança trabalhando em fábrica têxtil de São Paulo, 1915. Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth.

Esta cena era extremamente corriqueira no início do século XX, um menor trabalhando no tear de fábrica têxtil em São Paulo. Mulheres como Antônia Soares foram implacáveis em seus artigos para denunciarem esse tipo de abuso tão recorrente naquele período. Esta imagem, contudo, se repete na contemporaneidade talvez com maior frequência do que imaginamos. Por isso, considero importante e necessária a tarefa de refletirmos sobre o nosso passado, posto que tal empreitada nos auxilia na compreensão do presente e na elaboração de propostas de melhorias para futuro.

Maria Antônia esteve presa a bordo do navio “Avion” por volta de 1921 com os militantes libertários: Teófilo Ferreira, João Leonardi, Afonso Schmidt, José Fernandes, Ítalo Benassi, José Aranhã, José Pires Taveira, José Pizza, Manuel Perdizão e Florentino de Carvalho.

Antônia, como já foi dito, muda-se com sua família para o Rio de Janeiro em 1923. Participa do movimento operário anarquista nesta cidade. Ela e suas irmãs formarão o já citado “Centro Renovação Teatro e Música”, representando neste diversas peças revolucionárias, anti-clericais e anarquistas.

Com a morte de seu companheiro Manuel Campos em 1925, Maria Antônia entra em estado de choque e abandona a militância política. Após o trauma da morte de seu companheiro ela se converte ao espiritismo e se muda para o bairro Bento Ribeiro, no Rio de Janeiro. Contudo, não devemos deixar de lembrar o importante papel de Maria Antônia Soares no movimento de emancipação e militância feminina, ela atuou, escreveu e militou, sobretudo em defesa da mulher.

Já a respeito da trajetória de vida e contribuições para o movimento operário feminino de Matilde Soares – nascida em 1903 – e Pilar Soares – nascida em 1905 – obtive poucos resultados. Talvez por serem as mais jovens das quatro irmãs. Não foi possível encontrar registros individuais delas nos periódicos anarquistas. Contudo, pequenas notas são atribuídas a elas no que se refere a organização de reuniões, objetivos e oferecimento de cursos para operárias no Centro Feminino Jovens Idealistas:

Escola Para Operárias:

O Centro Feminino Jovens Idealistas, esforçando-se por proporcionar as operárias oportunidade de conseguir uma situação despida dos falsos tradicionalismos e preconceitos sociais, criou duas escolas gratuitas, que estão funcionando na Rua Borges de Figueiredo, 37, e na Rua Joli, 125. Dias e horários das aulas; às quintas feiras das 19 às 21 horas, e aos domingos, das 14 às 17 horas.⁶⁷

Neste trecho, Matilde Soares informa às mulheres operárias, através do jornal, que havia maneiras efetivas para que elas tomassem noção da realidade social em que estavam inseridas. Para que aos poucos fosse formada uma nova consciência do papel dessas mulheres na sociedade, para que assim pudessem modificá-la.

Ela também se direciona especificamente ao público operário feminino em seu texto, esclarecendo-o, conscientizando-o a respeito da condição da mulher naquela sociedade do início do século XX e propondo maneiras para que essa situação fosse modificada. A preocupação aqui não é prioritariamente com os rumos do movimento anarquista, como aparece na maioria dos artigos escritos por militantes do sexo masculino, mas sim com a situação das mulheres no movimento operário e na sociedade em geral.

⁶⁷ SOARES, Matilde. “Escola para Operárias”. In: *A Plebe*. São Paulo. Ano I, p. 03. 31/08/1920.

Matilde e Pilar também atuaram em peças teatrais anarquistas. Encontrei uma pequena nota no jornal *A Plebe*, onde Pilar faz “propaganda” da peça “O Pecado da Simonia”:

*Acha-se a venda a interessante comédia, O PECADO DA SIMONIA. Esta brochura com 42 páginas e uma bem apresentável capa ilustrada trazendo no frontispício uma das últimas fotografias do saudoso camarada Neno Vasco, será vendida ao preço de 500 réis. As encomendas de mais de 25 exemplares terão 25% de desconto, devendo os pedidos ser acompanhados das devidas importâncias. Os pedidos deveram ser feitos a Pilar Soares, Rua Uruguaiana, 108, São Paulo.*⁶⁸

O objetivo dessas vendas era de manter os jornais anarquistas funcionando e também corroboravam para a divulgação das idéias libertárias no meio operário do início do século XX.

O que foi possível perceber na análise da trajetória de vida dessas duas mulheres militantes é que, apesar de serem mais jovens – jovens adolescentes praticamente – elas seguiram o mesmo caminho de atuação de suas irmãs, Maria Angelina Soares e Maria Antônia Soares no movimento anarquista no período da Primeira República Brasileira.

As quatro irmãs do militante anarquista Florentino de Carvalho e filhas da militante espanhola Paula Soares – Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares – contribuíram, através da imprensa, do teatro, da música e do ensino anarquista para a divulgação das idéias ácratas e conscientização do proletariado. Essas quatro personagens da história do movimento operário brasileiro viveram intensamente pela causa das mulheres, em suas lutas, por seus direitos e para dar voz a todas elas que sofriam a dominação e a exploração de forma dual, pelo sistema capitalista e pelos homens.

Esta pesquisa não finda aqui, pois me proponho a continuar seguindo sistematizando dados e rastreando os vestígios que as Irmãs Soares deixaram na História através de seus artigos em jornais e revistas, na imprensa anarquista, dos documentos também deixados por seus companheiros de lutas e por aqueles que as taxavam “indesejáveis” à sociedade. Isto permitirá problematizar novos pontos, questões e aspectos que me auxiliarão na composição não só de suas biografias mas também do atual cenário em que se configura o movimento feminino do século XIX.

⁶⁸SOARES, Pilar. “O Pecado da Simonia”. In: *A Plebe*. São Paulo. Ano I, p. 04. 04/08/1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho é uma reflexão acerca da condição feminina no movimento operário de orientação anarquista do início do século XX. Procurei perceber quais foram as reivindicações, as propostas, e o público para que estas mulheres se dirigiram e com quais intenções se lançaram neste projeto de emancipação feminina. Usei como exemplo textos e artigos de algumas militantes, em especial os produzidos pelas Irmãs Soares.

Foi importante entrar em contado com os colegas do curso de História que estavam trabalhando com o mesmo tema, para que eu me familiarizasse com as discussões sendo feitas a respeito do movimento anarquista do início do século XX. Por isso que inicialmente retomo os trabalhos de Ricardo Carneiro, Sonia Santos e Jussara Miranda.

Para perceber esses sujeitos multifacetados – mulheres militantes anarquistas – foi necessário ir além dos seus escritos deixados nos periódicos da imprensa ácrata. Era preciso adentrar em suas vidas. A estratégia que utilizei para (re)conhecer melhor os meus exemplos de militantes foi traçar um panorama biográfico dessas quatro irmãs – Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Pilar Soares, Matilde Soares. Perceber suas origens familiares, onde passaram parte de suas vidas, as mudanças e continuidades em suas trajetórias foram necessárias para entender suas idéias, de onde elas falavam, qual era o projeto primordial por elas defendido e o porquê desta defesa.

Para traçar esse panorama biográfico foi necessária toda uma discussão sobre a questão da produção biográfica enquanto método historiográfico. Reconhecer a retomada da biografia na História e perceber como esta se deu. Para isso, as questões abarcadas pelos autores, Sabina Loriga, Jean Orieux, Robert Paris e Vavy Pacheco foram de fundamental importância para a (re)construção destes conceitos e paradigmas biográficos.

Como o objeto de estudo são mulheres, era inevitável a discussão sobre o gênero feminino na História. Nesse sentido, os autores Margareth Rago, Joan Scott e Francisco Correia em muito contribuíram para as minhas reflexões. Perceber e refletir sobre como essas mulheres eram vistas por essa sociedade paulista do início do século XX através do discurso que aparece nos textos dos periódicos anarquistas fez surgir as questões chave do meu trabalho: a primeira; qual é a disparidade maior, a das classes sociais ou a dos sexos?

Em minhas fontes documentais ficou evidenciado que a questão da igualdade sexual é a reivindicação imediata das mulheres anarquistas. A mulher militante quer, antes de qualquer

coisa, o fim de sua subordinação mediante ao homem. A situação de subserviência em relação ao sexo oposto constitui seu problema emergencial.

O discurso destas ativistas é tão bem articulado que pude perceber que, em alguns momentos, elas colocam a emancipação feminina como pré-requisito para a emancipação da sociedade. A liberdade feminina frente ao homem é o ponto de partida para a construção de uma nova sociedade – a libertária.

Estudar sobre os meios de divulgação destas idéias – panfletos, brochuras, manifestos e jornais – foram necessários para que pudesse trabalhar melhor como minhas fontes. Os trabalhos sobre a imprensa operária do início do século XX de Hadassa Grossman, Edilene Toledo e Luigi Biondi foram importantes para que eu percebesse como certas imagens sobre a mulher foram construídas na imprensa anarquista, como esses jornais se formaram e se organizaram e, em que sentido o fizeram, qual era o mote de seus surgimentos, bem como as questões centrais que estavam sendo discutidas em seus artigos. E, nesse sentido, tentar entender qual é o lugar da mulher, como ela aparece na imprensa operária.

Percebi diferenças gritantes entre homens e mulheres no seio da imprensa operária anarquista que pregava a igualdade, a emancipação do ser humano, e o fim de toda e qualquer autoridade.

Primeiramente, diferença de prioridades: homens priorizavam a divulgação teórica das idéias anarquistas, já as mulheres se prendiam à conscientização de homens e mulheres com relação à emancipação feminina. Diferenças nos adjetivos: o militante homem quando mencionado na imprensa por seus méritos no movimento anarquista lhe são atribuídos adjetivos referentes à sua racionalidade, já a mulher quando é citada por suas contribuições os adjetivos endereçados a ela ligam-se a emoção; lê-se seu sentimentalismo sem qualquer embasamento racional. A dicotomia homem como a cabeça, o cérebro pensante e mulher como o coração, a emoção se fez presente nos textos divulgados na imprensa operária. E por fim, diferença quantitativa: apesar da grande quantidade de mulheres que trabalhavam nas fábricas paulistas do início do século XX, sua presença nas redações dos jornais, nos artigos, na organização do próprio movimento anarquista era infinitamente menor que a do homem.

Por isso, recuperar esses sujeitos na cena histórica é importante. Reavivar essas memórias, (re)interpreta-las, entender o motivo da sua ausência. E inseri-las na produção historiográfica.

Creio ser necessária a continuação deste trabalho devido a grande quantidade de fontes primárias a respeito da atuação e legado no movimento operário e na sociedade destas e de

tantas outras militantes anarquistas, encontradas nos artigos, periódicos, manifestos, revistas disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp em Campinas, na Fundação de Arquivos e Memória de Santos e na Sociedade Humanitária de Comércio de Santos.

Estive nestes arquivos públicos, recolhendo documentações acerca do lugar das mulheres no movimento operário e anarquista, publicados em jornais libertários de 1910 a 1920. Nessa empreitada, descobri um leque imenso e riquíssimo de fontes, e, nestas, como já disse, observei vários e diferentes discursos sobre o lugar e a importância da mulher no movimento anarquista e na sociedade do primeiro quartel do século XX.

É importante perceber esses discursos veiculados nos jornais para compreendermos as próprias relações entre as diferentes classes sociais – proletariado e patronato – e os gêneros – masculino e feminino. E assim tentarmos responder a questão que levantei: Qual disparidade é mais conflitante: a que existe entre as classes sociais ou entre os sexos?

A documentação aqui levantada consiste em alguns jornais e revistas nos quais Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares escreveram seus artigos. Foram privilegiados, em um primeiro momento os números dos jornais e revistas onde os escritos delas foram editados. Os jornais são: *La Barricata – Germinal*, *A lanterna*, *O libertário* e *A plebe*. As revistas são: *A voz da união* – o número que contém o artigo, *A voz dos garçons* e *Prometheu*. Todos esses jornais e revistas encontram-se em microfilme, disponíveis para pesquisa, no Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp em Campinas.

Posteriormente, proponho-me a conhecer os textos teatrais das peças que encenaram: *Garota de Lisboa*, *Companhia dos Pobres*, *Lua Nova*, *Naquela Noite*, *Em Guerra*, *Idílio Japonês*, *O pecado da simonia*, *Primeiro de maio* e *Amanhã*.

Julgo, por fim, a importância deste trabalho monográfico devido ao diálogo passado-presente que nele se estabelece, na medida em que visa compreender e discutir as relações estabelecidas entre as classes sociais, entre homens e mulheres envolvidos nos processos de luta em defesa de seus ideais.

Algumas questões são pertinentes hoje, pois, a discussão ligada a emancipação da mulher a igualdade sexual está longe de ser problema resolvido. Uma das novas problemáticas colocadas é que vivemos em um momento em que se constata a presença das mulheres no mundo público, “feminizando a cultura”, então se indaga; como podem as mulheres contribuírem para avançar as reflexões sobre as questões da sexualidade, em especial, no que tange às relações entre os sexos e à educação sexual dos jovens. Como construir, no presente, uma educação dos jovens voltada para a sexualidade e para a vida?

Destaca-se, nos últimos 30 anos, o aumento do assédio sexual, da violência doméstica, do estupro e da prostituição forçada, o crescimento da gravidez de moças inexperientes e o descomprometimento dos homens em relação à gravidez indesejada, já que o aborto foi descriminalizado.⁶⁹

Devido a este quadro montado na contemporaneidade questionam-se os limites da emancipação feminina, considerando que grande parte das mulheres continua a se pensar a partir da linguagem masculina e a internalizar o desejo dos homens.

Embora possamos pensar as relações entre os sexos como construções sociais e culturais, desfazendo as representações essencialistas da necessidade biológica inscrita nos corpos. Embora certa paridade tenha sido de fato conquistada, surgiram novas desigualdades entre os sexos, visíveis, por exemplo, na raridade da presença feminina nos cargos de direção, nas instituições, nas empresas, ou no Estado. Em suma, nem as hierarquias sexuais, nem os preconceitos acabaram; ao contrário, renovaram-se, diversificaram-se e intensificaram-se.

Refletindo com as mulheres anarquistas, cujas críticas à sociedade disciplinar e cujas experiências e concepções da sexualidade anteciparam em quase um século a Revolução sexual dos anos 60, a criação de novas formas de subjetividade, a partir de redes de solidariedade e de amizade pública, demandam a formulação de éticas libertárias, de novos imaginários sociais mais do que a reutilização de espaços simbólicos obsoletos, instituídos pelo Estado, que, em nome da democracia, reforça modos excludentes e hierarquizadores de organização da vida social. Deveríamos ajudar a libertar os jovens, tanto quanto os adultos, de todos os tipos de prisão e dos símbolos que os justificam e consolidam como necessários.

⁶⁹ RAGO, Margareth. **A sexualidade depois da festa**. *Revista Estudos Feministas*, Jul/Dez. 2003, vol.11, n°. 2, p.672-674. ISSN 0104-026X.

ANEXOS.



Foto de manifestação operária durante a Greve Geral de 1917 em São Paulo. Fonte: AEL

A foto mostra uma grande quantidade de operários e militantes na manifestação do enterro do operário Martinez, morto durante as manifestações da Greve Geral de 1917—em São Paulo.



Indústria Têxtil em São Paulo no início do século XX. Fonte: AEL

Operários trabalhando em uma Indústria Têxtil em São Paulo no início do século XX. Observamos aqui nesta imagem como funcionava o discurso e a prática da utopia da fábrica disciplinarizada. Os espaços são racionalizados para que o trabalhador otimize sua produção, por outro lado o que a imagem deixa clara é um amontoado de trabalhadores reunidos em espaços pequenos. Fato que colabora com a deteriorização das condições de trabalho.



Fábrica têxtil em São Paulo no início do século XX. Fonte: AEL.

A imagem mostra o interior de outra fábrica têxtil em São Paulo do início do século XX. Observa-se o quanto os teares foram colocados próximos para “melhor” aproveitamento do espaço. Contudo, a forma com que foram dispostos aumenta a possibilidade de acidentes entre os trabalhadores.



Enterro de operário José Martinez, morto nas manifestações da Greve Geral de São Paulo, 1917. Fonte: A. E. L.

BIBLIOGRAFIA.

- AVELINO, Nildo. **Antologia de existência e ética anarquista**. Achimé. Rio de Janeiro, 2002.
- BEBEL, Augusto. *O Socialista*. São Paulo. Ano I Nº. 31, 13/12/1896, P. 02.
- BIONDI, Luigi. *Anarquistas Italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e sua visão de sociedade Brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos*. In: **Cadernos AEL: anarquismo e anarquistas**. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 8/9, 1998. p. 118.
- BORDIEU, Pierre. *A ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J., **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1996.
- BORGES, Vavy Pacheco. “O historiador e seu personagem: reflexões em torno da biografia” In: **Horizontes**. Bragança Paulista. V. 19. jan/dez 2001.
- BOSI, Ecleia, **Memória e sociedade – lembrança dos velhos**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CADERNOS AEL. **Mulher, história e feminismo**. Arquivo Edgar Leuenroth. Instituto de Filosofia e Ciência Humana. Nº.3/4, 1995-1996. {324}
- CADERNOS PAGU. **Trajetórias do gênero, masculinidades...** Publicações do Pagu. Núcleo de Estudos do Gênero. Unicamp, Campinas, São Paulo. 1SS nº. 104-8333(11) 1998.
- CADERNO ESPAÇO FEMININO. **Revista do núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher**. UFU. Vol. 3 nº. 112. Ano III 1996.
- CARNEIRO, Ricardo São José. **Anarquismo e imaginário na Primeira República: desconstruindo a representação do anarquismo como “planta exótica”**. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. UFU.
- CORRÊIA, Francisco. *Mulheres Libertárias: um roteiro*. In: **Libertários no Brasil**. PRADO, Antônio Armoni (org.) São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIAS, Evaristo. **História das lutas sociais no Brasil**. São Paulo, Edaglit, 1962.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo, Difel, 1977.
- FERREIRA, M. M. e AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1996.
- FOOT HARDMAN, F. **Nem pátria nem patrão: a vida operária e a cultura anarquista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- GUIMARÃES, Adonile. A. **A ética da mudança moral anarquista na Primeira República**. UFU. 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988, p.90.
- GROSSMAN, Hadassa. *A imagem da mulher na imprensa de esquerda no Brasil, 1889-1922: Uma exposição sumária*. In: **Cadernos AEL**. Anarquismo e anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998 – Semestral ISSN 1413-6597.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- _____. **São Luis: Uma biografia**. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 1999.
- LEVI, G. *Usos da Biografia*. In **Usos e abusos da história oral**. FERREIRA, M.M. e AMADO, J. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LEMOS C.A.C. in: CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil – 1877e 1914*. São Paulo, Difel, 1979, P. 37.
- LEVILLAN, Philippe. "Os protagonistas da biografia", in: REMOND, René, **Para uma história política**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1996.
- LORIGA, Sabina. "A biografia como problema", **Revista Brasileira de História**. Anpuh, 1997.
- LOPREATO, C.S.R. **O Espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2000.
- LUIZETTO, F. **Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literários educacionais (1900 -1920)**. Tese de Doutorado, São Carlos, 1984.
- LUZ, Fabio. **A internacional negra**. Rio de Janeiro, Liga anticlerical do Rio de Janeiro, 1919.
- MAGNANI, S. **O movimento anarquista em São Paulo (1906 -1907)**. São Paulo, Brasiliense1982.
- MALATESTA, Enrrico. *Definição de Anarquia*. In: **Letra Livre**; revista de cultura libertária, arte e literatura. Ano 10. Nº. 43. 2005. P. 8.
- MALCOM, Janet. **A mulher calada: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia**. Janet Malcom; tradução Sergio Flaksman. São Paulo. Cia. das Letras. 1995.
- MENDES, Catule, "História Roxa". *Folha do Povo*. São Paulo. Ano I Nº. 35, 06/12/1908. P. 04.

- MIRANDA, Jussara Valéria de. **Maria Lacerda de Moura e a luta pela emancipação feminina**. UFU. Instituto de História. Dez. 2003.
- MOTA, Benjamim. **Rebeldias**. São Paulo, Tipografia Brasil, 1898
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho: Pensamento social de anarquista**. Rio de Janeiro: Achimé. 2000.
- NERY, Branca. “A mulher”. *O Protesto*. Rio de Janeiro. Ano II Nº. 10, 16/07/1900. P. 03.
- NEVES, Roberto (Org). **Ação direta (meio século de pregação libertária)**. Rio de Janeiro, Germinal, 1970.
- PARIS, Robert. *Dossier Biografia Biografias e “perfil” do movimento operário na América Latina: algumas reflexões em torno de um dicionário*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Vol. 17, nº. 33, 1997, pp.13-14.
- PINHEIRO, P. S. “O proletariado industrial na primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, Tomo III, Vol. III, 1981, p. 139.
- OLIVEIRA, Antoniete Camargo de. **Despontar (Des) fazer-se, (Re) viver a (dês) continuidade das organizações anarquistas na Primeira República**. UFU, 2001.
- ORIEUX, Jean. *A arte do biógrafo*. In: **A nova História**. DUBY, Georges e outros. Lisboa: Teorema, 1986.
- PRADO, Antônio Armoni. “O cenário para um retrato: Ricardo Gonçalves” In: PRADO, A. A. (org) **Libertários no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAGO, Margareth. GUIMARÃES, Renato Aluizio de Oliveira (orgs.) **Narrar o passado, repensar a história**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas. São Paulo. 2000.
- _____. **Anarquismo Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. **Do Cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar (1890 -1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Trabalho Feminino e Sexualidade*. In: **História das mulheres no Brasil**.
- PRIORE, Mary Del (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **A sexualidade depois da festa**. *Revista Estudos Feministas*, Julho/Dezembro. 2003, vol.11, nº.2, ISSN 0104-026X.
- RODRIGUES, Edgar. **Livre Pensamento e Questão Social**. Rio de Janeiro, 1995.
- _____. **Os companheiros**. Vol. 4, p. 170.

- SANTOS, Sônia Mara Ferreira dos. **Sindicalistas Revolucionários e Anarco-Comunistas: aproximações e pressões constitutivas do movimento anarquista em São Paulo (1890-1920)**. UFU. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de História. Dez.1999.
- SCOTT, Joan. *A História das Mulheres*. In: **A Escrita da História: novas perspectivas**/Peter Borke (org); tradução de Magda Lopes – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. P. 63-96.
- _____. *A mulher trabalhadora*. In: **História das Mulheres no Ocidente**. DUBY, Georges, PERROT, Michelle. Tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilherme Mota. Ed. Afrontamento. Campinas, São Paulo, 1995.
- SCHPUM, Mônica Raísa (org). **Gênero Sem Fronteiras: oito olhares sobre mulheres em relações de gênero**. Florianópolis. Editora: Mulheres, 1997.
- SOARES, Maria Angelina. “A formosura da mulher”. In: **A Plebe**. São Paulo. 4/4/1917. P. 3. Ano. 1.
- _____. “Contra a lei Scelerada”. In: **A voz do povo**. São Paulo. 08/06/1917. p.4.
- _____. “Voto feminino”. In: **O Grito Operário**. São Paulo. 17/01/1920. Ano1. p. 2
- _____. “Em nós o oriente social”. In: **A Voz da União**. São Paulo. 23/06/01919. Ano1, p.
- _____. “O que é preciso”. In: **A Plebe**. São Paulo. Ano 1 p. 3. 15/07/1917.
- _____. “Centro Feminino Jovens Idealistas”. **O Grito Operário**. 13/03/1915.
- _____. “Centro Feminino”. In: **O Grito Operário**, 06/03/1915.
- _____. “Mulheres Operárias”. In: **Semana Operária**. São Paulo. 19/05/1917.
- SOARES, Matilde. “Escola para Operárias”. In: **A Plebe**. São Paulo. Ano I, p. 03. 31/08/1920.
- SOARES, Pilar. “O Pecado da Simonia”. In: **A Plebe**. São Paulo. Ano I, p. 04. 04/08/1920
- TOLEDO, Edilene Terezinha. “Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo dos primeiros anos deste século.” In: **Cadernos A.E.L.** nº. 8/9, 1998, p. 99.
- VASCO, Neno. **Concepção anarquista do sindicalismo**. Lisboa, Ed. A Batalha, 1920.
- _____. *O movimento anarquista no Brasil*. **A Sementeira**. Nº 33, 1911